**Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública**

**Habitando na rua: Avaliação Pós-Ocupação e Saúde Pública
em equipamentos urbanos para a população de rua**

Beatriz Helena Bueno Brandão

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Saúde Pública para obtenção do
título de mestre em Saúde Pública

Área de concentração: Saúde Materno-Infantil
Orientadora: Prof^a Dr^a Maria da Penha Costa Vasconcellos

**São Paulo
2004**

**Habitando na rua: Avaliação Pós-Ocupação e Saúde Pública
em equipamentos urbanos para a população de rua**

Beatriz Helena Bueno Brandão

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Saúde Pública para obtenção do
título de mestre em Saúde Pública

Área de concentração: Saúde Materno-Infantil
Orientadora: Prof^a Dr^a Maria da Penha Costa Vasconcellos

São Paulo
2004

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos fotocopiadores. Ao usá-la cite a fonte.

Assinatura:

Data:

*Aos moradores de rua em geral,
e aos do Projeto Integrarte em particular,
de cujas mãos eu vi cacos se transformarem
em mosaicos, reconstruindo vidas.*

AGRADECIMENTOS

Aos funcionários da biblioteca e do Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública da USP pela atenção nos momentos de ansiedade.

Aos professores e amigos do Centro Universitário Belas Artes e em especial ao professor Wilis Miyasaka pelo incentivo.

Aos amigos Nelly Nahum, Fernando Cabral, Mirtes Luciani Lopez, Fernando Perez e demais professores da Faculdade de Arquitetura da PUC-Campinas pelas sugestões e carinho.

Às funcionárias Ângela do Centro de Áudio Visual e Fátima do Centro de Documentação da Faculdade de Arquitetura da PUC-Campinas pela colaboração.

Às coordenadoras e funcionários do Projeto Integrarte pelo acolhimento e ajuda neste trabalho.

Aos professores da banca examinadora Rubens de Camargo Adorno e Maria Cecília Loschiavo dos Santos pelas importantes sugestões.

Ao amigo e professor João Filgueiras Lima, o Lelé, peço desculpas pelos transtornos acadêmicos e agradeço o carinho e o exemplo do que seja projetar para o social.

Ao amigo e professor da banca examinadora Ricardo Moretti, co-responsável pela realização deste trabalho pelo carinho e ajuda constante.

À Solange e Paulo Siepierski, Domingos Jorge Velho, Ramón Fonseca Guimarães e equipe e Daniel Mota, respectivamente pelas traduções, revisões, transcrições e desenhos computadorizados.

À minha orientadora Maria da Penha Costa Vasconcellos pelo desafio proposto neste trabalho e por me ajudar a enfrentá-lo.

À Ana Paula Carbone Pegoraro pela parceria profissional e amizade.

À amiga Jenny Kose pelo companheirismo desde o início da pós-graduação.

À minha família, e em especial aos meus pais pelo amor, pela travessia conjunta, pelo auxílio constante, e pelas preces.

Aos meus filhos, Ana e Bruno pela cumplicidade e pela paciência nos momentos de convívio subtraídos.

Ao meu companheiro, Carlos Tadeu pelo olhar, sentir e pensar compartilhados nos trabalhos acadêmicos e na vida.

Brandão, BHB. **Habitando na rua: Avaliação Pós-ocupação e Saúde Pública em equipamentos urbanos para a população de rua**. São Paulo; 2004. [Dissertação – Faculdade de Saúde Pública da USP].

RESUMO

A política de atendimento à população de rua, na cidade de São Paulo, vigente em 2003, tinha intenção de garantir a instalação e manutenção, com padrão de qualidade, de uma rede de serviços e programas de caráter público, cabendo à Secretaria de Assistência Social a criação de registros de todas as unidades e de um programa específico de qualificação dos espaços próprios e conveniados nos equipamentos urbanos para esses fins. Este trabalho avaliou um equipamento urbano de convivência, para a população de rua, com o intuito de oferecer subsídios a futuras propostas de equipamentos de passagem que atendam às necessidades básicas de higiene, saúde e transitoriedade dessa população, pelo método da Avaliação Pós-Ocupação.

A avaliação da Casa de Convivência Projeto Integrarte realizada através de levantamento físico e funcional, de observações sistemáticas e entrevistas com funcionários permitiu identificar as características do edifício enquanto ambiente construído e sua adequação aos usuários, à luz da legislação pertinente e das entrevistas concedidas. Esse tipo de avaliação serviu para identificar parâmetros que norteiem o atendimento às necessidades básicas da população de rua, incluindo não apenas a qualidade física e funcional dos espaços, para que eles sejam ambientes saudáveis nos aspectos construtivos, dimensionais, térmicos, acústicos e ergonômicos, como também nos aspectos relacionados à saúde emocional dos usuários, explorando texturas, cores e referências que produzam significado para o grupo.

Descritores: Arquitetura; Avaliação Pós-Ocupação; Saúde Pública; Equipamentos Urbanos; População de Rua.

Brandão, BHB. **Living on the street: Post-Occupation Evaluation and Public Health in urban equipments for the street population.** São Paulo; 2004.

[Dissertation – Faculdade de Saúde Pública da USP].

SUMMARY

The service policy to the people who live on the streets of São Paulo city, effective in 2003, aims to guarantee the installation and maintenance, with quality standard, of a network of public services and programs for such population. The Department of Social Service is responsible for the registration of all unities and the creation of a specific program for the qualification of its own spaces and those of its partners in the urban equipment for these purposes. This paper has evaluated an urban equipment of fellowship to the street population. Its aim was to offer subsidies to future temporary equipment proposals which meet the basic needs of hygiene, health and transitoriness of this population. The method applied was the Post-Occupation Evaluation.

The evaluation of *Casa de Convivência Projeto Integrarte* was done through a spatial and functional analysis, systematic observation, and interviews with employees. It allowed the identification of the building characteristics as a built space and its suitability to its users, in light of the legislation and the interviews done. This kind of evaluation was useful to identify parameters which may guide the service to the basic needs of the street population, including not only the spatial and functional quality of the facilities, so that they become a healthy environment in the constructional, dimensional, thermal, acoustic and ergonomic aspects, as well as in the aspects related to the emotional health of the users, exploring textures, colors and references that be meaningful to the group.

Descriptors: Architecture; Post-Occupation Evaluation; Public Health; Urban Equipment; Street Population.

LISTA DE FOTOS/ ILUSTRAÇÕES

- Figura 1. Morador de rua “dorme” em leito improvisado em uma árvore. Foto: Aparecida Magaly de Souza Alvarez, p. 16.
- Figura 2. Anúncio publicitário da Associação Minha Rua Minha Casa – moradia provisória nos baixos de viadutos. Foto: Roberto Wagner, p. 16.
- Figura 3. Habitando entre os outdoors em uma grande avenida da cidade. Foto: Maria da Penha Vasconcellos, p. 17.
- Figura 4. O outdoor faz parte da moradia improvisada. Foto: Maria da Penha Vasconcellos, p. 17.
- Figura 5. Ponto de lavagem de roupa sob viaduto na Avenida Sumaré. Foto: Maria da Penha Vasconcellos, p. 19.
- Figura 6. Calçada da Avenida Sumaré utilizada como lavanderia. Foto: Maria da Penha Vasconcellos, p.19.
- Figura 7. Calçada utilizada como varal de roupa lavada, próximo ao poste. Foto: Maria da Penha Vasconcellos, p.20.
- Figura 8. Fim de expediente da lavagem de roupa. Foto: Maria da Penha Vasconcellos, p. 20.
- Figura 9. Cuidados com a aparência até na calçada. Foto: Gerson Zanini e Alderon P. da Costa, p. 21.
- Figura 10. Lavanderia de rua. Foto: Maria da Penha Vasconcellos, p. 21.
- Figura 11. Mapa dos equipamentos urbanos de SAS. Fonte: Departamento de Geoprocessamento da SAS/ 2004, p. 23.
- Figura 12. Mapa dos equipamentos urbanos de SAS – detalhe da área central. Fonte: Departamento de Geoprocessamento da SAS/ 2004, p. 24.
- Figura 13. Mapa de situação do Projeto Integrarte. Fonte: EMPLASA, 2000, p. 51.
- Figura 14. Localização do Projeto Integrarte no sistema viário. Fonte: Guia residencial. São Paulo: Páginas Amarelas; 2002, p. 52.
- Figura 15. Esboço do pavimento inferior do Projeto Integrarte. Levantamento: Beatriz Brandão, p. 54.
- Figura 16. Esboço do pavimento térreo do Projeto Integrarte. Levantamento: Beatriz Brandão, p. 55.
- Figura 17. Planta Pavimento Inferior, p. 56.
- Figura 18. Planta Pavimento Térreo, p.57.
- Figura 19. Planta Mezanino, Sótão e Elevação Frontal, p. 58.
- Figura 20. Divisória móvel em madeira. Foto: Beatriz Brandão, p. 60.
- Figura 21. Pannel de azulejo nos pontos de água. Foto: Beatriz Brandão, p. 61.
- Figura 22. Banheiros – paredes divisórias internas. Foto: Beatriz Brandão, p. 61.
- Figura 23. Segurança contra incêndio. Foto: Beatriz Brandão, p. 62.
- Figura 24. Caixilho basculante. Foto: Beatriz Brandão, p. 62.

- Figura 25. Imagem do interior da cozinha. Foto: Beatriz Brandão, p. 63.
- Figura 26. Imagem do interior do banheiro dos funcionários com obras de manutenção. Foto: Beatriz Brandão, p. 63.
- Figura 27. Imagem do interior da copa. Foto: Beatriz Brandão, p. 64.
- Figura 28. Banheiro masculino. Foto: Beatriz Brandão, p. 64.
- Figura 29. Tanque para lavagem de roupa. Foto: Beatriz Brandão, p. 65.
- Figura 30. Elementos vazados de concreto. Foto: Beatriz Brandão, p. 65.
- Figura 31. Manchas de umidade no pavimento inferior. Foto: Beatriz Brandão, p. 78.
- Figura 32. Placas do forro do salão danificadas. Foto: Beatriz Brandão, p. 78.
- Figura 33. Placas do forro do salão danificadas. Foto: Beatriz Brandão, p. 79.
- Figura 34. Placas do forro do mezanino danificadas. Foto: Beatriz Brandão, p. 79.
- Figura 35. Ralo do pátio descoberto. Foto: Beatriz Brandão, p. 80.
- Figura 36. Instalações de águas pluviais. Foto: Beatriz Brandão, p. 80.
- Figura 37. Instalação predial de gás. Foto: Beatriz Brandão, p. 81.
- Figura 38. Instalações prediais – drenagem. Foto: Beatriz Brandão, p. 81.
- Figura 39. Sala da coordenação – aeração pela porta. Foto: Beatriz Brandão, p. 82.
- Figura 40. Acesso e ventilação banheiro feminino. Foto: Beatriz Brandão, p. 83.
- Figura 41. Acesso e ventilação banheiro masculino. Foto: Beatriz Brandão, p. 83.
- Figura 42. Interior do salão – vista da entrada com mezanino próprio de pé direito duplo. Foto: Beatriz Brandão, p. 84.
- Figura 43. Interior do salão – vista do palco e do pé direito duplo. Foto: Beatriz Brandão, p. 84.
- Figura 44. Armazenamento de pertences no guarda volumes. Foto: Beatriz Brandão, p. 85.
- Figura 45. Armazenamento de pertences no salão. Foto: Beatriz Brandão, p. 85.
- Figura 46. Acesso ao depósito de alimentos. Foto: Beatriz Brandão, p. 86.
- Figura 47. Depósito de alimentos – aberturas. Foto: Beatriz Brandão, p. 86.
- Figura 48. Circulação horizontal – corredor entre as mesas do salão. Foto: Beatriz Brandão, p. 87.
- Figura 49. Circulação horizontal – corredor lateral do pavimento inferior. Foto: Beatriz Brandão, p. 87.
- Figura 50. Circulação vertical – escada de acesso frontal aos pavimentos térreo e inferior. Foto: Beatriz Brandão, p. 88.
- Figura 51. Circulação vertical – escada de acesso ao salão pelo lado do palco. Foto: Beatriz Brandão, p. 88.
- Figura 52. Utilização dos espaços – varal suspenso. Foto: Beatriz Brandão, p. 89.
- Figura 53. Utilização dos espaços – tanque de lavagem de roupa. Fotos: Beatriz Brandão, p. 89.

Figura 54. Utilização dos espaços – portas dos sanitários. Foto: Beatriz Brandão, p. 90.

Figura 55. Sinalização externa de identificação do local. Foto: Beatriz Brandão, p. 91.

Figura 56. Sinalização interna de direcionamento. Foto: Beatriz Brandão, p. 91.

Figura 57. Comunicação visual de alerta. Foto: Beatriz Brandão, p. 92.

Figura 58. Comunicação visual de restrição de acesso. Foto: Beatriz Brandão, p. 92.

Figura 59. Intervenções no corredor. Foto: Beatriz Brandão, p. 101.

Figura 60. Intervenções na sala de convivência. Foto: Beatriz Brandão, p. 101.

ÍNDICE

Dedicatória	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	v
Summary	vi
Lista de Fotos/Ilustrações	vii

INTRODUÇÃO1

Capítulo 1

MORADORES DE RUA:

POPULAÇÃO COM NECESSIDADES ESPECIAIS5

Censo, visibilidade e reconhecimento social	5
A assistência social: do assistencialismo à seguridade social	7
(Re)Conhecendo a população de rua	8
Os equipamentos urbanos para a população de rua de São Paulo	13

Capítulo 2

AValiação Pós-ocupação: CONCEITUAÇÃO E METODOLOGIA25

A evolução da APO no Brasil	25
As técnicas de APO	31
A opção pela metodologia	33

Capítulo 3

AValiação Pós-ocupação

NA CASA DE CONVIVÊNCIA DO PROJETO INTEGRARTE35

Localização	35
Aspectos físicos	36
Aspectos funcionais	43

Capítulo 4

AVALIANDO O PROJETO INTEGRARTE66

Construção: uso, materiais e instalações prediais	66
Construção: insolação e aeração	69
Dimensões mínimas dos ambientes	70
Armazenamento, intervenções e mudanças	70
Circulações horizontais e verticais	71
Utilização dos espaços	73
Adequação a deficientes físicos	74
Comunicação visual	75

CONSIDERAÇÕES FINAIS93

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS102

ANEXOS

- Anexo A: Termos de Consentimento
- Anexo B: Roteiro de Entrevistas
- Anexo C: Transcrição das Entrevistas
- Anexo D: Planilha de Avaliação Pós-Ocupação

INTRODUÇÃO

O título deste trabalho poderá levar o leitor a indagar qual a relação entre habitar nas ruas, arquitetura e equipamento urbano para uma população com necessidades especiais. Denominamos população com necessidades especiais aqueles indivíduos que, por razões de deficiências de diversas ordens ou de diferenças em relação às pessoas consideradas normais, se vêem excluídos socialmente. Uma outra indagação, talvez, poderá ser feita: por que as cidades ainda não estão equipadas para o atendimento dessa população de excluídos, aí incluída a população de rua?

A formulação dessa questão implica no reconhecimento prévio da existência de um número cada vez maior de pessoas vivendo nas ruas em um processo de degradação social, ocorrido, principalmente, nas grandes cidades. Não será propósito deste trabalho, todavia, pesquisar o que o está deflagrando, mas reconhecê-lo pelas suas proporções e visibilidade.

Basta andar pela cidade e atentar para a quantidade de pessoas que está utilizando, como moradia, os locais públicos como as praças ou os baixos de viadutos e para quantos a rua é utilizada como estratégia para a sua sobrevivência. Esses indivíduos, a que me refiro, são cognominados de moradores de rua. Essa população, cada vez mais presente nas grandes cidades como São Paulo, está também alijada do atendimento das suas necessidades básicas.

Segundo levantamento realizado no ano 2000 pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), existiam, aproximadamente, 8.700

peessoas vivendo nessas condições na cidade de São Paulo. Em 2003, a Fipe realizou nova contagem que apontou um aumento de 20% em relação ao total anterior, com registro de 10.394 pessoas.

O número ainda não é tão alarmante se comparado ao do total da população citadina, mas é extremamente expressivo pela situação que reflete, qual seja, a do distanciamento imposto a essa população das condições mínimas de vida digna, entendendo-se por vida digna o exercício dos direitos do cidadão, que são direito à moradia, à saúde, à educação, ao trabalho e, inclusive, ao lazer.

Por não fazerem parte da parcela tradicionalmente produtiva da população, os moradores de rua, além de se verem destituídos dos direitos sociais, se vêem confrontados com a ameaça de dissolução da própria identidade. O restante da população os toma como pessoas ameaçadoras. Além de feios, sujos e mal-cheirosos, condição imposta pela situação vivida, são olhados também como perigosos.

A ótica sob a qual deva ser enfocada essa questão talvez seja menos quanto à questão dos malefícios que essas pessoas possam realizar (segurança pública) e mais quanto ao fato de se tornarem, pelas precárias condições de saúde a que estão expostos, farrapos humanos sem direito às mínimas condições de vida digna.

Comumente, são portadores de doenças do aparelho respiratório como a tuberculose, de dermatológicas como a sarna e o piolho, das doenças sexualmente transmissíveis, entre outras. Devido às condições desumanas de vida a eles impostas, seja pelo dormir ao relento, seja pela alimentação precária, como de alguns que se alimentam de restos, seja pela falta de higiene corporal, o organismo dessas pessoas fica demasiadamente enfraquecido, tornando-as potenciais receptoras de doenças. Essa transmissão de doenças acaba sendo facilitada pela maneira “ajuntada” em que vivem, usando os espaços públicos como abrigo, ou, ainda, pelo uso dos sanitários de locais de pequeno comércio, quando isso lhes é permitido. A assistência à sua saúde só lhes é prestada em casos extremos, agravando ainda mais essa questão de recepção-transmissão de doenças.

Há, também, a questão do uso dos espaços públicos das ruas e das praças utilizados como moradia, pois essa população, não encontrando condições de trabalho, não consegue garantir a sua sobrevivência. Embora esse espaço das ruas e praças seja público e pertença, indistintamente, à cidade e à sua população, ele não é um espaço de moradia e sim de passagem. Essa tentativa de “privatizar” o espaço público acaba por acentuar, ainda mais, a exclusão dessa população.

Por estarem submetidos diariamente a essas condições adversas, os excluídos têm necessidades especiais, cujo atendimento é garantido pela legislação do município no Decreto nº 40.232 de 2001 e promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social através das Subprefeituras, que inclui, entre outros:

Art.2º § 2º (...) c) oferta de instalações físicas com condições de salubridade, segurança e grau de privacidade compatível com um processo de contínua recuperação e reinserção social; d) acesso a serviços de saúde sem discriminação e com provisão de condições de recuperação em situações de agravamento; f) manutenção de higiene nos locais de atendimento; g) provisão de local para guarda de pertences de população sem discriminação; (...)

Em seu Artigo 5º, o mesmo decreto determina a política de atendimento à população de rua e quais os serviços e programas de atendimento que devem ser prestados, incluindo, entre outros, abrigos emergenciais, albergues/abrigos especiais e centros de serviços, além das casas de convivência. Estes estão entre os que oferecem condições de higiene pessoal, lavagem e secagem de roupas, guarda de pertences, além dos serviços específicos de cada local.

Esse oferecimento, porém, não é suficiente para suprir a demanda tanto por questões quantitativas quanto qualitativas. O crescimento dessa população tem sido significativo e constante, sendo isso facilmente percebido quando se olha para algumas vias públicas e praças da cidade. Ou quando se cruza com essas pessoas, seja pela sua aparência ou pelo seu odor.

Cabe, portanto, investigar essa questão sob o ponto de vista de como a cidade tem atendido as necessidades da população de rua. É importante, em primeiro lugar, o reconhecimento da condição especial dessas pessoas enquanto parcela diferenciada do total da população e quais os equipamentos urbanos que estão a seu dispor, o que será tratado no primeiro capítulo.

No entanto, cremos que não basta disponibilizar determinados equipamentos para atendê-los, mas, também, avaliar em que medida esses equipamentos atendem, ou não, as necessidades para os quais foram concebidos. Nesse sentido apresentaremos, no segundo capítulo, o conceito da APO (Avaliação Pós-Ocupação) e sua aplicação enquanto metodologia de pesquisa. Essa apresentação considera o histórico da APO, suas relações com algumas áreas do conhecimento científico, além de descrever seus métodos analíticos, procurando fundamentar e justificar a adoção dessa metodologia neste trabalho.

A metodologia da APO é aplicada numa Casa de Convivência denominada Projeto Integrarte e a escolha desse local como estudo de caso bem como a análise do material dessa aplicação serão tratadas no terceiro capítulo.

O quarto capítulo se apropria da análise da Casa de Convivência do Projeto Integrarte, à luz da APO, para discutir os critérios utilizados nos projetos de equipamentos urbanos, e de que maneira seu conhecimento permite o aprimoramento no atendimento dessas populações com necessidades especiais.

O objetivo geral deste trabalho foi, portanto, a avaliação de um equipamento urbano de convivência, para a população de rua, que subsidie futuras propostas de equipamentos de passagem que atendam às necessidades básicas de higiene, saúde e transitoriedade dessa população.

Capítulo 1

MORADORES DE RUA: POPULAÇÃO COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Quando pensamos numa população estamos, por definição, nos referindo ao conjunto de habitantes de um determinado território, país, região, cidade, e assim por diante. Mas o termo também pode significar a quantidade desses habitantes. Ou ainda, o conjunto de pessoas pertencentes a uma determinada categoria num total de habitantes. Esse recurso de categorizar um conjunto de pessoas é necessário para poder quantificar o total de habitantes de um determinado lugar da forma mais abrangente possível, reconhecendo sua diversidade.

Censo, visibilidade e reconhecimento social

Tradicionalmente, as categorias mais utilizadas para informar sobre uma dada população são de gênero e faixa etária. Essa categorização foi sendo construída e ampliada para permitir um conhecimento mais preciso da população recenseada considerando os dados de distribuição geográfica, renda, ocupação, religião, estado civil, entre outros. A construção dessas categorias censitárias revela os valores, condições e contradições de uma sociedade num dado momento de sua história. Aqueles segmentos populacionais que não eram apreendidos pelas categorias estabelecidas sofriam uma espécie de “invisibilidade estatística”.

No caso brasileiro, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), desde que foi fundado, em 1936, e que começou a recensear a

nossa população, em 1940, tem, continuamente, desenvolvido categorias para enfrentar o desafio de conhecer uma sociedade a cada dia mais diversificada. Tanto é assim que, procurando refletir o anseio de democratização e ampliação da cidadania por parte da sociedade brasileira, introduziu, no último censo nacional, em 2000, a categoria dos portadores de deficiência. Estes foram ainda agrupados em subcategorias como deficiência física, motora, visual, auditiva e mental.

A tabulação desses dados surpreendeu a sociedade, ao constatar que, aproximadamente, 24,5 milhões de brasileiros, ou seja 14,5% da população total, possuem algum tipo de deficiência. Essa visibilidade estatística é importante, pois os poderes públicos utilizam esses dados para planejar suas ações. É o reconhecimento oficial desse contingente populacional que permite a essas pessoas se organizarem e disputarem com outros grupos o acesso aos recursos previstos nos orçamentos governamentais. Os grupos que sofrem da “invisibilidade estatística” estão, portanto, com frequência, excluídos das ações governamentais.

Se atentarmos para as categorias censitárias utilizadas pelo IBGE, perceberemos que o critério para quantificar a população é a contagem de pessoas domiciliadas. Assim sendo, os indivíduos não domiciliados estão, até agora, excluídos das estatísticas oficiais, sofrendo dessa “invisibilidade estatística” e, portanto, ficando à margem de vários benefícios sociais tais como a infra-estrutura que alimenta os serviços básicos de distribuição de água e saneamento e de equipamentos urbanos. Entre esses excluídos estão os moradores de rua, que, pelo fato de nem possuírem domicílio, estão totalmente excluídos desses direitos sociais, cabendo-lhes, quando possível, os serviços assistenciais do município.

No entanto, a essa “invisibilidade estatística” que os exclui se sobrepõe uma brutal visibilidade social. É impossível não os ver circulando pelas ruas das grandes cidades como São Paulo e reconhecer que esse fenômeno já atinge muitas outras cidades brasileiras. Trata-se, na verdade, de um fenômeno mundial, característico das grandes metrópoles. Nesse sentido, tem chamado a atenção não só dos poderes públicos mas também

da academia, que tem procurado entender essa questão e suas especificidades. Esse fenômeno, compartilhado com outras metrópoles como Los Angeles, Paris e Tóquio, está sendo pesquisado pela Faculdade de Saúde Pública, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e pelo Instituto de Física da USP, como citado por Varanda (2003). Apesar dessa recente atenção por parte dos poderes públicos e da academia, o fenômeno não é novo. Talvez só o seja na sua dimensão.

A assistência social: do assistencialismo à seguridade social

No caso da cidade de São Paulo, historicamente, cabia à assistência social o tratamento dos enfermos e o cuidado com os menos capacitados, fossem mental, física ou economicamente. Além desse caráter assistencial, essa era a maneira encontrada de preservar as pessoas sãs do contato com determinadas enfermidades e constrangimentos morais. Assim foi, por exemplo, o início do funcionamento das Santas Casas de Misericórdia. Eram locais de acolhimento e atendimento aos necessitados e doentes, vinculadas à comunidade católica predominante na cidade. Foi essa a prática da assistência social, durante muito tempo, vista muito mais como uma forma de socorrer os necessitados do que de lhes assegurar um serviço de atendimento social por direito. Posteriormente, o poder público municipal também desenvolveu ações assistenciais que procuravam atender essa população, mas, igualmente, mantendo o caráter assistencialista ao invés de garantir um direito de cidadania.

Foi a partir da Constituição Federal de 1988 que se instituiu o caráter público da assistência social, regulamentado pela LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), como dever do Estado e direito do cidadão, mesmo para os que não contribuem através do pagamento de impostos. Os deveres e direitos assegurados pela legislação objetivam proteger e amparar as pessoas desde a infância até a velhice. Às pessoas portadoras de deficiência, seja qual for sua faixa etária, é assegurada a promoção de sua reabilitação como forma de garantir sua inclusão na vida social, bem como o

recebimento de benefício salarial que promova a sua manutenção. Esse benefício se aplica também às pessoas que não consigam prover o seu sustento como, por exemplo, alguns idosos (LOAS, 2001).

No caso da cidade de São Paulo isso está previsto no artigo 221 da Lei Orgânica do Município. Essa regulamentação institui a assistência social como política de seguridade social e, portanto, de direitos de cidadania. Além disso, estabelece garantias de benefícios, serviços, programas e projetos, cuja universalidade de atendimento só será possível com o conhecimento da realidade social da cidade (PLASsp/2002-2003). É nesse sentido que a necessidade de conhecer essa realidade justifica a quantificação das pessoas portadoras de deficiências, efetivada no último censo nacional. E assim, algumas prefeituras de grandes cidades brasileiras, procurando aprimorar esses dados, realizaram censos objetivando conhecer a realidade dos moradores de rua nas suas respectivas áreas urbanas.

(Re)Conhecendo a população de rua

Segundo dados do Censo de Moradores de Rua da Cidade de São Paulo, realizado, no ano de 2000, pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), contratada para tal incumbência pela SAS (Secretaria de Assistência Social da Prefeitura do Município de São Paulo), a população de moradores de rua era de 8.706 pessoas. Desse total, a maior parte, 5.013 pessoas, foi encontrada em logradouros da cidade e as restantes 3.693, em albergues (Fipe, 2000).

Esse censo havia definido como “população moradora de rua” apenas aquelas pessoas que pernoitavam nas ruas da cidade e nos albergues. Para poder quantificá-la, a instituição contratada recorreu às informações das entidades e organizações que trabalhavam com essa população para definir os roteiros que seriam percorridos nos distritos censitários, nos quais foi dividida a cidade. Segundo Schor e Artes (2001), essa divisão levou em consideração que os limites destas subáreas dificultam a mobilidade de moradores de rua entre elas, minimizando a possibilidade de dupla

contagem e subenumeração. Procurou-se, desta forma, encontrar limites físicos que dificultassem a circulação dos moradores de rua como rios, vias expressas ou grandes áreas vazias. Tais roteiros apontavam, previamente, os locais de sua maior concentração, como, por exemplo, as áreas centrais da cidade. O recurso às entidades assistenciais públicas e privadas, confessionais ou não, se deveu ao fato de que são essas que estabelecem, via de regra, os critérios definidores dessa população, em função dos seus próprios objetivos a serem alcançados.

Ainda de acordo com os mesmos autores, a distribuição dessa população pelas regiões da cidade registrou uma concentração de 4.676 moradores de rua na região central, seguida da região leste com 1.867 e da região oeste com 846 moradores, aí incluídos os encontrados nos logradouros e nos albergues. Mas, ao se considerar apenas os moradores de rua encontrados nos logradouros, a maior concentração ainda se dava na região central, só que seguida pela região oeste. Esse dado confirma, por um lado, a concentração dos albergues nas regiões central e leste da cidade e, por outro lado, a carência dos mesmos na região oeste.

No final do ano de 2003, a Fipe realizou nova contagem procurando seguir os mesmos critérios adotados no primeiro censo como delimitação territorial, período noturno de abordagem e concentração da execução do levantamento na menor quantidade de dias possível. Essas medidas visaram, como no primeiro censo, minimizar a dupla contagem ou subenumeração. As baixas temperaturas e as chuvas, muitas vezes, dificultaram essa operação. O novo censo apontou, porém, um aumento de 20% dessa população em relação ao total anterior, com registro de 10.394 pessoas. Esses são os registros oficiais mais aproximados. Assim sendo, o termo “população de rua”, já utilizado no primeiro censo, será a expressão adotada neste trabalho.

As características comuns dessa população, no caso paulistano, indicam predominância de indivíduos adultos, com pouca ou nenhuma renda, que habitam de forma permanente ou temporária os locais públicos da cidade tais como praças, calçadas, marquises, jardins, grandes avenidas,

baixos de viadutos, as áreas degradadas – geralmente por abandono – ou, ainda, por pernoitar em albergues. Comum também é tais pessoas utilizarem esses logradouros públicos para atividades como fonte de renda para sua sobrevivência. Essa atividade é caracterizada pela presença, cada vez mais intensa na cidade, dos catadores de material reciclável, ou carrinheiros, como são denominados. Alguns desses catadores já estão organizados em cooperativas, o que lhes garante uma certa renda mensal e a possibilidade de saírem das ruas. Mas a grande maioria ainda se vê na dependência da venda de sua coleta para depósitos, que fazem a intermediação com as empresas de reciclagem, ficando, assim, com a maior parte do lucro da venda (Simões Júnior, 1992).

Essa população pode ainda ser identificada por outros fatores distintivos como o rompimento ou a desarticulação das relações familiares originais, agravados pelo tempo de permanência na rua. O rompimento das relações familiares acontece, geralmente, pela via da dependência química (bebida ou drogas) e pela falta de emprego, que dificulta a provisão de recursos para o sustento da própria família.

Aliado aos fatores acima descritos, está o tempo de permanência nas ruas, que modifica tanto os contatos familiares originais como estabelece novas relações entre esses personagens. O tempo de convivência nas ruas acaba por criar uma condição de distanciamento ou desligamento completo dos vínculos familiares originais, bem como novas relações entre os indivíduos e novos arranjos sociais entre os grupos. Esses novos arranjos estabelecem novas formas de enfrentamento das condições extremas a que esses grupos se submetem. Essa situação de permanência na rua é o que define de maneira mais forte estes grupos.

Pode-se acrescentar, ainda, à essa população de rua tanto um grupo muito grande de desempregados, vítimas da atual situação econômica do país, quanto de pessoas que sobrevivem do comércio informal, pois utilizam as ruas ou os albergues da cidade, já que não tem condições de retornarem, diariamente, às suas moradias, localizadas na periferia, por causa do custo do transporte relacionado à quantidade de viagens necessárias. Até o

momento da redação final deste trabalho, ainda não eram disponíveis dados sobre o impacto da adoção do bilhete único de transporte urbano, por permitir várias viagens no espaço de tempo de duas horas. Essa medida talvez repercuta no fato descrito.

Uma das questões levantadas por alguns autores é a necessidade de se categorizar a população dos moradores de rua para identificar os problemas que são peculiares a esses indivíduos (Carneiro Junior e col., 1998). Outra forma, ainda, de categorizar essa população é adjetivando-os segundo seus aspectos físicos e vivenciais. Há autores que utilizam, inclusive, o termo “selvagens”, devido ao fato de não construírem “casas” e dormirem na sarjeta (Alvarez e Rosenberg, 1999). No entanto, todas as categorias e adjetivos que possam ser empregados para definir essa população se constituem, de fato, em recursos metodológicos utilizados para o estudo desse fenômeno. Mas a aproximação e comparação com o restante da população urbana, necessária às classificações possíveis, traduzem, também, algumas especificidades dos moradores de rua. Estas dizem respeito às suas condições básicas de sobrevivência que geram, por consequência, necessidades também básicas, quais sejam: um local seguro para o seu descanso e a consecução do seu sustento (Simões Júnior, 1992).

Como são moradores de rua, essas condições básicas se revestem de características diferenciadas por estarem condicionadas à vivência em espaços públicos e não privados. É essa condição adversa de vida que expõe seus corpos às intempéries, ao cansaço, ao abandono e a toda sorte de violência, inclusive da fome, que os debilita física, mental e emocionalmente.

Fica mais fácil imaginar o impacto dessas condições adversas para esses excluídos se aceitarmos como existentes outros sentidos além dos cinco já conhecidos, incluindo-se, no sentido do tato, a pele, atingida pela pressão, dor, frio e calor. Temos, ainda, o sentido do equilíbrio e o cinestésico (Okamoto, 1996). O corpo do morador de rua opera, portanto, num outro sistema que é o de interação sensorial com os objetos descartados pela sociedade de consumo ao reutilizá-los para sua

sobrevivência (Santos, 1998). É importante também lembrar que esses indivíduos estão, constantemente, andando em busca de água, alimento, locais seguros para se abrigar e restos que possam reutilizar ou revender (Santos 1998, 2001 e Simões Júnior, 1992). Essa andança contínua tem uma consequência física que se traduz em debilidade do organismo. E tem, ainda, uma consequência psicológica que é o sentimento de exclusão social expresso na constante segregação/expulsão dessa população dos locais públicos e na inadequação de locais privados destinados a essa população. Como Maria Lúcia Montes já nos havia chamado a atenção, essas pessoas não encontram seu espaço social representado, pois a cidade é pensada e construída para aqueles que possuem em comum as características físicas e emocionais e também as condições sociais, econômicas e culturais. E que essa padronização estabeleceu um perfil de usuário “normal” do espaço urbano ou de seus equipamentos (Rosa, 1995).

Essa situação os torna comparáveis às pessoas com necessidades especiais tais como os idosos, os portadores de deficiências, as gestantes e as crianças, pelas características peculiares que cada um desses sujeitos retrata. Varanda (2003) associa esse termo – população com necessidades especiais - à designação de segmentos minoritários da sociedade que não têm o mesmo acesso às áreas de saúde, educação, trabalho e moradia oferecidos ao conjunto da população.

O atendimento às populações com necessidades especiais pressupõe a não diferenciação entre os seres humanos por razões de ordem étnica, de gênero, de idade, entre outras (princípio da equidade). E entendendo que o atendimento a essa parcela da população com necessidades especiais deve abranger, também, os moradores de rua, os locais a isso destinados devem ser objeto de periódica avaliação. Essa avaliação pressupõe uma análise crítica dos equipamentos existentes, visando o planejamento e projeto de novos e mais adequados espaços.

Os equipamentos urbanos para a população de rua em São Paulo

Segundo a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), por equipamento urbano deve se entender todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados (NBR 9050/04). Esses equipamentos compreendem, entre outros, praças, equipamentos de saúde e escolares, ginásios de esporte, centros sociais e comunitários (NBR 9284/04). É com base nessa definição e na da própria SAS, quando classifica esses serviços públicos destinados à população de rua como equipamentos, que adotaremos esta denominação neste trabalho.

Dentre os equipamentos urbanos oferecidos pela SAS para a população de rua, foram listados no PLASp/2002-2003: 4 projetos alternativos, 2 abrigos especiais, 17 albergues, 12 casas de convivência, 7 moradias provisórias e 2 centros de serviços. Estes locais funcionam, geralmente, oferecendo serviços de banho, de lavagem de roupa e a possibilidade de participação em grupos de reflexão/alcoolismo, às vezes associados às principais refeições e às atividades de terapias ocupacionais, além de orientação para a regularização de documentação e busca de emprego. Mas têm suas especificidades seja na diferenciação dos espaços oferecidos, seja nos horários de atendimento, conforme atribuições definidas na legislação municipal pelo Decreto 40.232 de 2001. Esses equipamentos estão distribuídos, em sua grande maioria, na região central da cidade e adjacências, pois são estes os lugares de maior concentração dessa população. Reafirmando os dados apresentados por Schor e Artes (2001), a região oeste apresenta a terceira maior concentração de moradores de rua da cidade, só que, aqui, encontrados principalmente nos logradouros e, em número muito menor, nos albergues. Isso demonstra a carência desse tipo de equipamento nessa região que abrange, entre outros, o distrito da Lapa.

Na região administrada pela subprefeitura da Lapa, a SAS mantém cadastrados somente dois equipamentos, ambos em convênio com

entidades religiosas prestadoras de assistência. Um deles é a Casa de Convivência do Projeto Integrarte, vinculado a Sociedade Evangélica Projeto Raízes. Está situado em um imóvel na Rua Mundo Novo, Vila Anglo. Este equipamento, como o próprio nome especifica, não funciona como albergue e o horário de atendimento é durante o dia. Este local foi escolhido como estudo de caso para nossa pesquisa de campo para servir de parâmetro edilício em termos de equipamento urbano destinado ao atendimento da população de rua na satisfação de suas necessidades básicas de cuidados com o corpo.

A metodologia apresentada no capítulo seguinte, já utilizada na avaliação de outros equipamentos urbanos, inclusive espaços coletivos reciclados, nos possibilitará a análise crítica do espaço selecionado para análise.

As diversas formas de habitar a rua

Figura 1.
Morador de rua “dorme” em leito improvisado em uma árvore.

Figura 2.
Anúncio publicitário da Associação Minha Rua Minha Casa – moradia provisória nos baixos de viadutos.

Figura 3.
Habitando entre os outdoors em uma grande avenida da cidade.

Figura 4.
O outdoor faz parte da moradia improvisada.

Usos da calçada pela população de rua

Figura 5.
Ponto de lavagem de roupa sob viaduto na Avenida Sumaré.

Figura 6.
Calçada da Avenida Sumaré utilizada como lavanderia.

Figura 7.
Calçada utilizada como varal de roupa lavada, próximo ao poste.

Figura 8.
Fim de expediente da lavagem de roupa.

Figura 9.
Cuidados com a aparência até na calçada.

Figura 10.
Lavanderia de rua.

Equipamentos urbanos – localização

Figura 11.
 Mapa dos equipamentos urbanos da SAS.

Figura 12.
Mapa dos equipamentos urbanos da SAS – detalhe da área central.

Capítulo 2

AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO: CONCEITUAÇÃO E METODOLOGIA

Este capítulo, além de descrever a evolução da APO (Avaliação Pós-Ocupação) no Brasil, pretende esclarecer a opção por essa metodologia neste trabalho. A APO tem sido utilizada no Brasil desde a década de 70. No entanto, sua aplicação como extensão dos Estudos Ambiente-Comportamento iniciou-se nos EUA já na década de 60. A intenção, nesse caso, era avaliar a satisfação dos usuários em relação ao ambiente construído. Essas avaliações evoluíram, a ponto de elevar a APO ao status de metodologia de pesquisa, a qual foi utilizada inicialmente, tanto nos EUA como no Brasil, como pesquisa acadêmica. Numa fase posterior, afirmou-se como metodologia de pesquisa aplicável, também, em consultorias privadas (Preiser, 1992 e Souza, 1997).

A evolução da APO no Brasil

O crescimento populacional, em São Paulo, na década de 70, gerou a necessidade de construção de moradias para as populações de baixa renda, materializada nos conjuntos habitacionais da periferia da cidade. Contando-se com a possibilidade de se construir uma quantidade grande de unidades, a idéia era de conjugar a forma rápida de fazê-lo com um custo baixo. A construção industrializada das habitações era a técnica que permitiria uma resposta satisfatória a essa questão. Mas, o acerto na aplicação dessa estratégia dependia de um controle das variáveis técnicas, passíveis de

geração de inadequações e/ou insatisfações e no necessário controle de qualidade.

Esse controle científico levou o Estado de São Paulo, através do BNH (Banco Nacional da Habitação) a contratar o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) para realizar uma série de avaliações em protótipos de habitações populares, produzidos industrialmente, por diferentes construtoras. Essas avaliações técnicas foram publicadas em forma de documento técnico em 1982. Outros estudos foram efetuados, posteriormente, em habitações de interesse social em situação de uso, incorporando aí a abordagem comportamental da comunidade usuária como o trabalho do arquiteto Ualfrido Del Carlo sobre aplicação da APO em conjuntos habitacionais da Grande São Paulo e, mais recentemente, as avaliações realizadas por pesquisadores de universidades federais de Minas Gerais e estaduais de São Paulo (Ornstein, 1992 e Coletânea Habitare, v. 1, 2002). Essa conjugação de abordagens técnicas e comportamentais, como meio de avaliar a relação entre o homem e o ambiente construído, configura a abordagem clássica dos métodos de APO.

A realização dessas primeiras pesquisas motivou, principalmente no âmbito acadêmico, a continuidade de aplicação dessa metodologia em dissertações e teses, assim como em relatórios técnicos e artigos. Essa produção intelectual e a necessidade de aprimoramento das técnicas de APO permitiram incorporá-la como disciplina, no curso de pós-graduação da FAU/USP, a partir de 1984. A implantação da APO como disciplina foi reforçada, nessa mesma época, pela presença, no Brasil, de um de seus maiores especialistas, Wolfgang Preisner. Esse arquiteto-pesquisador especializou-se, também, na consultoria para grandes corporações americanas, utilizando a metodologia da APO.

O conhecimento dos seus trabalhos estimulou uma diversidade nos objetos de estudo, além dos que tradicionalmente eram abordados, passando a focalizar outras edificações. Esses novos espaços são de shopping centers, edifícios reciclados, hospitais e, inclusive, espaços urbanos abertos (Bruna, 1993; Kutter, 1999; Visconti, 1999 e Souza, 1997).

Todavia, as publicações encontradas são, normalmente, restritas ao meio acadêmico. Isso reforça a observação de que a avaliação de ambientes construídos não costuma ser, definitivamente, uma prática entre os profissionais brasileiros da área de arquitetura.

No entanto, mesmo estando mais restrita à academia, a APO tem demonstrado sua eficiência na avaliação de espaços destinados ao uso coletivo. São, geralmente, edifícios ou espaços de maior porte, onde o comprometimento da funcionalidade pode determinar a falência de uso dos mesmos. Isso significa atentar a uma vivência do espaço pelos usuários após um determinado período de tempo e confirma o objetivo básico dessa metodologia de pesquisa, que é avaliar a adequação dos ambientes arquitetônicos e urbanos aos seus usuários.

Outra explicação para que a APO seja pouco empregada pode ser porque a maior parte dos ambientes construídos, quando é avaliada por profissionais e/ou técnicos com formação nas áreas exatas do conhecimento, segundo métodos técnicos e com aparelhos para a avaliação de desempenho, apresenta resultados quantificáveis traduzidos sob o ponto de vista estatístico. Estes são, tradicionalmente, os métodos reconhecidos como científicos pela academia e pela sociedade de um modo geral, em oposição aos métodos qualitativos aplicados pela psicologia (p.ex. psicologia ambiental), da qual a APO deriva (Ornstein, 1992). Contudo, essa tese é refutada por Maria Cecília Minayo (1999) quando afirma que as pesquisas em ciências sociais utilizam-se dos significados essenciais ao homem, que podem ser analisados e traduzidos em números, gráficos e esquemas. E que ambas as formas de pesquisa (quantitativa e qualitativa) são complementares e não excludentes.

Há ainda um outro aspecto relativo à APO, como metodologia, que é o de analisar os ambientes construídos após sua construção e ocupação pelo indivíduo ou comunidade usuária. Isto significa permitir uma releitura do espaço construído, incorporando não apenas a concepção inicial do profissional projetista, mas também a percepção do usuário desse ambiente durante a ocupação do mesmo. Essa releitura pode servir como subsidiária

tanto para a situação presente de otimização, uso e manutenção do ambiente, quanto de parâmetro em intervenções locais futuras, ou em projetos semelhantes. Além desses fatores, que Preiser denomina de “*retroalimentação constante em corporações*”, e da formação de um banco de dados sobre os assuntos avaliados, ele atribui a aplicação da APO à uma formulação de critérios para orientação de futuros projetos e avaliações (Preiser, 1992 e Souza, 1997).

Se a APO mantém um certo consenso conceitual, o mesmo não acontece com as nomenclaturas atribuídas a essa metodologia. São, também, encontrados os termos “avaliação pós-construção” e “avaliação pós-uso”. O primeiro termo faz referência à avaliação dos aspectos técnicos e estruturais do ambiente que, segundo Wener, seria distinta da APO, que avaliaria os aspectos sociais e comportamentais (Souza, 1997, p. 84). O segundo termo foi utilizado pelo Prof. Ualfrido Del Carlo nas avaliações dos conjuntos habitacionais da Grande São Paulo, em conjunto com o IPT (Ornstein, 1992). No entanto, como a denominação de APO é a mais conhecida e utilizada no meio dos profissionais de construção, continuaremos a adotá-la neste trabalho.

Apesar dessa definição, a variação de nomenclatura assim como semelhanças metodológicas nos levaram a comparar a APO a AET (Análise Ergonômica do Trabalho). No caso específico da APO utilizada na área habitacional (habitações uni ou plurifamiliares; habitações de interesse social), talvez fique dúvida a relação entre essas duas metodologias. Mas não se pode dizer o mesmo em relação à área comercial e de serviços (escolas, shopping centers, hospitais). Entendemos que nesses ambientes, onde uma situação de trabalho está caracterizada, ambas as formas de pesquisa científica podem ser aplicadas em razão de suas semelhanças.

A APO visa, enquanto “pesquisa aplicada de caráter pragmático, realizar um feedback ao processo projetual-constructivo-ocupacional para se vislumbrar uma arquitetura e urbanismo em maior consonância com os desejos e aspirações da comunidade” (Souza, 1997, p. 83). A AET “analisa as inter-relações existentes entre as condições de trabalho e o conforto,

segurança e eficácia no trabalho, (...) de modo a tornar as interfaces do sistema de trabalho as mais adequadas possíveis às características psicofisiológicas humanas” (Fischer e Paraguay, 1989). Portanto, em ambas as formas de pesquisa, o que se pretende conhecer e atender é a adequação do ambiente ao homem seja em situação de trabalho ou de moradia.

As metodologias científicas de APO e AET aplicam métodos de observação, medição e análise dos ambientes construídos e dos aspectos comportamentais dos usuários/trabalhadores, visando a satisfação e otimização das relações homem-ambiente. Nesse aspecto, os métodos da AET, talvez pela especificidade e grau de periculosidade de alguns ambientes de trabalho, sejam mais meticulosos. Assim, por causa de doenças ocupacionais que podem afetar a saúde dos trabalhadores, são averiguados e avaliados a iluminação, o conforto térmico, o nível de ruído e de vibrações, os agentes toxicológicos e as influências dos fatores psicossociais referentes às condições da organização do ambiente de trabalho e das cargas mentais exigidas (Fischer e Paraguay, 1989 e Guérin, 2001).

As analogias existentes entre os métodos de pesquisa da APO e da AET podem também ser encontradas nos métodos de coleta de dados. Há, em ambas, um procedimento mínimo, que é caracterizado pelo levantamento das situações inicial e atualizada do ambiente e do entorno (dados cadastrais e projetuais) e de dados referentes à população de usuários do ambiente a ser avaliado. Os levantamentos físicos podem ser realizados por diversas técnicas como observação direta, observação participante, fotos, documentos, cadastro atualizado e entrevistas com pessoas significativas do ambiente construído e, ainda, medições no local com instrumentos de precisão. Já os métodos de avaliação comportamental incluem, entre outros, contatos com os usuários, entrevistas e aplicação de questionários. Há, também, formas de observação comportamental por observações sistemáticas, que exigem periodicidade, e pela análise de imagens gravadas em fotos e vídeos (Ornstein, 1992 e Guérin, 2001).

A gravação de imagens em vídeo para posterior análise também é muito utilizada por Preiser tanto como forma de avaliação quanto de negociação. As imagens do que não está dando certo reforçam a necessidade de re-elaboração e alocação de recursos com a finalidade de sanar os problemas, justificando, assim, as intervenções cabíveis (Preiser, 1992).

Dentro da perspectiva de conceituação da APO, essa comparação com a AET tem por objetivo esclarecer que as metodologias não são excludentes, mas complementares – semelhantes ao uso concomitante das pesquisas quantitativas e qualitativas –, definindo-se a escolha pela especificidade dos problemas a investigar. Em uma conferência proferida por Wolfgang Preiser sobre APO em ambientes hospitalares, em Campinas, em 1992, foram apresentadas em vídeo algumas imagens dos interiores desses espaços. Essas imagens permitiram verificar situações que configuravam atividades de trabalho, indicando, também, a possibilidade de utilização da AET. Vale lembrar que Preiser é uma das maiores autoridades em APO, nos EUA.

As técnicas da APO

A APO pode ser executada em níveis diferentes de aprofundamento, dependendo da finalidade, dos prazos e dos recursos disponíveis. De forma clássica são propostos 3 níveis.

TIPOS DE APO	PRAZOS	MÉTODOS	FINALIDADE
Indicativa	Curto	Visitas exploratórias rápidas; entrevistas com usuários chaves	Indicar aspectos positivos e negativos do objeto de estudo
Investigativa	Médio	Idem acima	Idem acima + critérios referenciais de desempenho
De Diagnóstico	Longo	Técnicas sofisticadas de medição física e comparação com respostas dos usuários	Definição de critérios de desempenho detalhados e representação da estrutura organizacional da entidade

Fonte: ORNSTEIN, 2002, p.41.

O quadro apresentado acima foi proposto por Preiser em 1989, e após 3 anos de utilização dos métodos de APO, em sua apresentação em Campinas, os métodos e finalidades haviam sido aperfeiçoados. Após esse período, a avaliação indicativa incluiu, também, nas suas finalidades, a execução de reparos, a partir do material obtido. E ainda, os métodos da avaliação investigativa passaram a incluir técnicas mais sofisticadas. No nível de diagnóstico, a finalidade passou a ser a de detectar problemas mais específicos e complexos.

Esses métodos mais sofisticados de levantamento de dados são possíveis em países desenvolvidos, pela sofisticação da aparelhagem disponível, a preços mais acessíveis que os nacionais. Em alguns casos, essa sofisticação também atinge os equipamentos. Isso fica visível na

transformação dimensional de alguns ambientes, quando equipamentos mais modernos e de menor porte substituem os antigos, realizando a mesma função. Essas variações alteram, também, a composição dos custos de uma avaliação. Há, ainda, no exterior, uma valorização do trabalho de consultoria utilizando a APO, ainda pouco reconhecido aqui (Preiser, 1992).

Ainda segundo Ornstein (1992), os três níveis básicos são desdobrados em seis, no caso brasileiro. Nos três primeiros níveis, as avaliações seriam apenas físicas e realizadas através da observação dos pesquisadores. Os outros níveis se completariam com os depoimentos dos usuários do ambiente analisado. Há, ainda, uma variação nas atividades e/ou produtos executados e, conseqüentemente, nos prazos para realização da avaliação. Essa variação entre os diferentes níveis de aplicação da APO está relacionada ao nível de complexidade do edifício e ao grau de aprofundamento pretendido. Isto significa a possibilidade de realizar desde um diagnóstico da situação física do edifício até o desenvolvimento de um manual de diretrizes para projetos de situações edilícias semelhantes. Essa possibilidade de aplicação foi explorada por Kutter (1999), que propôs um modelo de abordagem para edificações em situação de reciclagem.

A APO demanda, de acordo com a abrangência da avaliação, uma equipe técnica diversificada que atua interdisciplinarmente, uma vez que a intenção é de avaliação do ambiente construído e do nível de satisfação de seus usuários. Em relação aos usuários, a prática de avaliação comportamental, por envolver princípios éticos de pesquisa com participantes humanos, requer um tipo de profissional comprometido com a integridade dos valores morais e sociais ligados aos mesmos. São estes personagens que oferecem os insumos vivenciais à avaliação e dela devem se beneficiar através da divulgação da pesquisa, seja nos seus resultados indicativos ou na sua aplicação prática. Essas considerações são necessárias para o entendimento da multiplicidade de arranjos entre métodos de aplicação e resultados que configuram cada APO.

Em Souza (1997), encontramos, de forma objetivamente descrita, o processo mínimo seguido pela maioria das APOs. Esse processo se realiza

em etapas: levantamento da situação do objeto a ser avaliado; estruturação da pesquisa, isto é, definição dos problemas de pesquisa e métodos a utilizar; coleta de informações em pesquisa de campo; análise das informações coletadas, qualitativas ou quantitativas; apresentação descritiva e gráfica dos resultados.

A opção pela metodologia

O objetivo inicial desta pesquisa era propor um equipamento de passagem para os moradores de rua que atendesse suas necessidades básicas de saúde e, na elaboração do projeto da dissertação, justificou-se a necessidade de conhecer alguns equipamentos existentes com a mesma finalidade ou semelhantes. Segundo Preiser (1992), uma das categorias e usos da APO corresponde à pré-programação, isto é, ao estudo de casos recentes e semelhantes como subsídio à montagem de um programa de necessidades para a proposta de novos projetos. Então, essa metodologia foi sugerida para a avaliação de equipamentos urbanos semelhantes, enquanto espaços em uso, e para a verificação deles quanto ao atendimento às necessidades de seus usuários.

Além da adoção dessa metodologia de pesquisa, optamos, também, por manter o foco investigativo na Casa de Convivência conveniada com a Prefeitura de São Paulo, cadastrada pela subprefeitura da Lapa, que é o Projeto Integrarte, descrito no capítulo seguinte. Esse local foi apontado pela assistente social da Paróquia Nossa Senhora do Rosário da Pompéia, onde realizamos a pesquisa exploratória que fundamentou o projeto da dissertação, como sendo o utilizado por moradores de rua para fazer a higiene corporal. E esse se tornou o palco de algumas das investigações feitas, no intuito de questionar a partir de que modelos os Centros de Convivência são projetados e se questões como localização, tipo de construção, origem da instituição conveniada, horário de funcionamento, por exemplo, têm influência no padrão desses locais, condicionando sua utilização.

Com o propósito da avaliação desse lugar escolhido como estudo de caso, selecionamos, das técnicas e métodos da APO tradicionalmente utilizados, os que eram mais adequados a esta pesquisa, fosse pelos fins propostos ou pelo tempo de execução necessários. Sendo assim, fizemos um estudo do local através de pesquisa de campo com visitas periódicas para observação direta e de registro gráfico e fotográfico do ambiente construído (cadastro da situação atual). O registro gráfico revela os aspectos gerais da edificação (plantas dos pavimentos e mobiliário básico), enquanto que o registro fotográfico revela aspectos parciais (inclusive detalhes) dos ambientes. O levantamento da situação pré-ocupação será efetuado pela documentação disponível na entidade administradora e por entrevistas semi-estruturadas com os responsáveis por esse local.

O levantamento dos aspectos comportamentais dos usuários em relação à adequação do local foi efetuado pela observação sistemática, isto é, não casual e por entrevistas com os coordenadores e educadores. Devemos salientar, aqui, que a adoção desse método de investigação não pretendeu substituir a necessidade de entrevistas com os usuários do equipamento. No caso apresentado, elas não foram feitas visando preservar a sua integridade. Consideramos importante, também, esclarecer que a avaliação proposta sobre a adequação do edifício aos usuários observará, inclusive, a acessibilidade desses locais, por considerarmos os moradores de rua como população com necessidades especiais. Outros parâmetros para essa avaliação serão possíveis pela análise comparativa do ambiente construído com o atendimento às normas edilícias vigentes tais como o Código de Edificações do Município de São Paulo, o Código Sanitário e as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Capítulo 3

AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO

NA CASA DE CONVIVÊNCIA DO PROJETO INTEGRARTE

O Projeto Integrarte é uma Casa de Convivência, conveniada com a Prefeitura Municipal de São Paulo, através da SAS Lapa (Secretaria de Assistência Social da Lapa). Ele está ligado a uma instituição religiosa denominada Sociedade Evangélica Projeto Raízes, que atua na prestação de serviços à população de rua. Os serviços incluem: alimentação, banho, vestuário; acompanhamento psicológico; grupo de convivência (música e artesanato); encaminhamento para cursos profissionalizantes e frentes de trabalho; auxílio na obtenção e guarda de documentos; encaminhamento para albergues, hospitais e assistência jurídica.

Localização

O Projeto Integrarte está situado na Rua Mundo Novo, na Vila Anglo Brasileira, desde a sua fundação há 8 anos. O imóvel no qual está funcionando, construído em 1967, pertence a uma outra instituição religiosa, a Igreja Batista do Sumarezinho e, portanto, permanece categorizado pelo IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) como sendo de uso para templo religioso (Certidão de dados cadastrais do imóvel, 2004). Quanto à categoria de zoneamento urbano, de acordo com a legislação vigente na época da nossa pesquisa de campo, ou seja, abril, maio e junho de 2004, ele se encontrava em uma Z2 (zona 2), o que significa região de residências e pequeno comércio.

A Vila Anglo Brasileira é um bairro de classe média, localizado próximo à Vila Madalena. Sua topografia é bastante acidentada e a rua Mundo Novo fica, exatamente, num fundo de vale entre as ruas Rifaina e Góis Monteiro. Este bairro está lindeiro, ainda, a duas importantes avenidas que são a Heitor Penteado, onde se localiza a estação Vila Madalena do Metrô, e a avenida Pompéia (*fig. 13, p. 51*). A continuação da avenida Heitor Penteado é a rua Cerro Corá, que serve como acesso oeste à cidade. Já a avenida Pompéia é ligada, no outro extremo, à avenida Francisco Matarazzo, que serve de ligação com o bairro da Barra Funda, onde está situada a estação do metrô de mesmo nome (*fig. 14, p. 52*). As duas referências são importantes pelo caráter de acesso à cidade em relação à população de migrantes. E, como já citado no capítulo 1, essas vias, que fazem parte do sistema viário principal da cidade, funcionam como barreiras físicas ao nomadismo da população de rua e foram utilizados como referenciais no levantamento censitário desses indivíduos (Censo Fipe 2000).

A pesquisa de campo, seguindo o modelo apresentado por Ornstein (1992), levantou dados sobre os aspectos físicos e funcionais do edifício, na sua totalidade, assim como dos ambientes que o constituem. Esses aspectos físicos são relativos aos materiais e técnicas construtivas e aos confortos térmico e acústico observados. Os aspectos funcionais, como o próprio termo estabelece, são aqueles relacionados à adequação do edifício à sua função.

Aspectos físicos

O edifício tem área ocupada de 280,00m² (duzentos e oitenta metros quadrados) de um terreno de 313,00m² (trezentos e treze metros quadrados), com 8,00m (oito metros) de frente para a rua. Isso equivale a ocupar quase que a totalidade do terreno. A área construída de 650,00m² (seiscentos e cinquenta metros quadrados) do edifício acomoda os dois pavimentos: inferior e térreo, possuindo, ainda, um mezanino e, acima deste,

um pequeno cômodo. Esses pavimentos estão, respectivamente, meio nível abaixo e meio acima do nível da rua (*figs. 15–19, pp. 54-58*). O imóvel é limitado sem recuo com uma residência, no lado esquerdo, e, no lado direito, há outra residência construída mais ao fundo, o que garante a incidência direta de ventos sul nessa lateral. A frente do terreno está voltada para oeste e a construção foi erguida no alinhamento, portanto, sem recuo frontal. Nos fundos, também foram construídos dois pavimentos que estão ligados ao corpo principal do edifício apenas de um lado. A ligação, na lateral oposta, é feita por uma escada externa. Entre a construção maior da frente e a dos fundos foi criado um pátio descoberto, que possibilita a ventilação e insolação dos ambientes a ele contíguos, uma vez que as paredes laterais do edifício coincidem com o alinhamento lateral do terreno.

A construção tem mais de 30 anos, e não foi possível obter as plantas originais do imóvel, através das quais seria possível conhecer o projeto de sua infra-estrutura e superestrutura¹. Todavia, a observação das vedações mostrou que foram feitas, em sua maioria, com sólidas paredes inteiras de tijolos (igual a 20cm de espessura). As paredes longitudinais e transversais do edifício foram executadas assim e funcionam como apoio estrutural, além de conferir um bom condicionamento térmico ao mesmo. À essa grande espessura das paredes tratadas com produtos impermeabilizantes, associamos também a retenção da maior parte da umidade do solo. Identificamos, entretanto, o aparecimento de pontos de umidade no pavimento inferior, provavelmente potencializado pelo lençol freático² alto e pela junção com a construção do vizinho pelo lado esquerdo.

Em imóveis antigos, os materiais de piso são visíveis somente nos seus revestimentos, ficando o embasamento encoberto. No caso do Projeto Integrarte, o levantamento registrou que, em ambos os pavimentos, a utilização de um mesmo tipo de piso prevalece em quase todos os ambientes. Isso foi observado na predominância da lajota avermelhada do pavimento inferior e de partes internas do pavimento térreo. Os demais

¹ São as partes estruturais do edifício que estão sob e sobre a terra, respectivamente.

² Lençol de água subterrâneo que se forma em profundidade relativamente pequena.

revestimentos de piso demonstram a escolha por materiais de fácil manutenção e limpeza, como as cerâmicas (banheiro da administração, consultório odontológico, vestiários e banheiros dos usuários, no pavimento inferior). No pavimento superior, é que há uma maior diversidade de revestimentos de piso. Assim, encontramos piso vinílico na área do salão, além do palco em madeira, e cerâmica na cozinha, mezanino e alojamento do zelador do edifício. O piso do refeitório e da copa é de cimento queimado, com adição de pó xadrez vermelho. Contudo, observamos que, embora haja maior diversidade de revestimentos no pavimento superior, prevalece a escolha por materiais duráveis e fáceis de limpar.

As paredes de alvenaria fazem as divisões internas dos ambientes, além dos fechamentos nas faces laterais e de fundo do terreno. Embora essa situação seja predominante, alguns ambientes, além da alvenaria, têm partes das divisões em madeira, seja na forma de elementos fixos ou na forma de divisórias móveis (*fig. 20, p. 60*). Como no salão do pavimento térreo, o qual tem em suas duas extremidades a presença de madeira, tanto nas divisórias fixas que permitiram criar o ambiente da recepção, na frente ou o púlpito nos fundos, quanto nos lambris que revestem as paredes laterais do palco. Os revestimentos são pintura sobre massa fina, em sua maior parte, exceto nas áreas de cozinha e banheiros, que têm painéis de azulejos nas paredes onde estão localizados os pontos de água (*fig. 21, p. 61*). Nas demais alvenarias, o revestimento é em pintura com esmalte sintético sobre massa fina até uma altura de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), aproximadamente, e, acima desta, pintura látex. O esmalte sintético permite uma limpeza constante, através de lavagem, como os azulejos, formando o que se conhece como barra impermeável³. Já as áreas dos chuveiros foram revestidas com azulejos do piso ao teto, mas nas paredes divisórias internas, embora sejam de alvenaria, a altura é de apenas 1,90m (um metro e noventa centímetros) (*fig. 22, p. 61*).

³ Acabamento que garante as paredes e não se deixa atravessar por fluidos, especialmente pela água.

A cobertura é de telhas cerâmicas, do tipo francesa, estruturadas por um madeiramento que se apóia diretamente sobre as paredes longitudinais do edifício. Entre os pavimentos inferior e térreo, há uma laje de concreto, que se constitui em forro para o primeiro e piso para o segundo. Ainda neste pavimento, no ambiente do salão, foi colocado um forro de placas de Eucatex como revestimento da cobertura. A captação de águas pluviais é feita pelas calhas instaladas na cobertura, com escoamento pelos dutos, que ora estão internos, ora externos às alvenarias de frente e fundos da edificação, com saída livre para os pisos.

Em relação à segurança contra incêndio, o local conta, apenas, com um extintor colocado próximo à entrada do pavimento inferior, em posição de fácil acesso (*fig. 23, p. 62*). Os acessos também fazem parte desse sistema de segurança, pois devem, em casos de emergência, facilitar o escoamento das pessoas para fora do edifício. O levantamento do local apontou a existência de 2 (duas) portas, uma em cada um dos pavimentos, com largura compatível com essa necessidade, mas com acionamento incorreto para o fim proposto.

Os caixilhos existentes são todos em ferro, com partes fixas e basculantes, do tipo “vitraux” (*fig. 24, p. 62*). Os vidros são lisos e transparentes, e, nos banheiros, foram pintados com tinta branca fosca, para impedir a visão do interior dos mesmos. Há, também, na fachada dos fundos do edifício, aberturas com requadramento de madeira, atualmente vedadas com lona plástica ou tela.

O levantamento das instalações hidráulico-sanitárias foi realizado, em parte, pelo que podia ser observado no local e, em parte, pelo que foi revelado nas entrevistas com as coordenadoras do projeto. As partes observáveis, externas à edificação, atestam que foram executadas para atendimento de situações criadas pela nova função de Casa de Convivência. Essas situações são tanto da necessidade de pontos de distribuição como de abastecimento ou de esgotamento. As instalações não aparentes são as mais antigas, como da cozinha, ou, se mais recentes, são resultantes das reformas da copa e dos banheiros dos moradores de rua. A cozinha e os

banheiros dos funcionários são os únicos ambientes que permaneceram inalterados. A cozinha está equipada com uma pia de 1,20m (um metro e vinte centímetros) de comprimento, em granilite, com cuba em louça (*fig. 25, p.63*). Os banheiros de funcionários são em número de 2 (dois), masculino e feminino, contando com a instalação de lavatório, vaso sanitário e chuveiro (*fig. 26, p.63*).

Interna ao refeitório e separada deste por um balcão, foi construída uma copa que possui uma enorme bancada em “L”, de aço inox, com duas cubas integradas (*fig. 27, p. 64*). Essa pia foi instalada na parede contígua à da pia da cozinha, estando, porém, separadas por uma parede, com uma abertura no lado oposto ao das bancadas, para comunicação dos ambientes. No pavimento inferior, foram reformados os banheiros dos moradores de rua para aumentar sua capacidade de uso e melhorar as instalações. Foram divididos por gênero, sendo o masculino maior em função da predominância masculina na população de usuários. Contam com cabines individuais para os vasos sanitários, com caixa externa de descarga, lavatórios de coluna e chuveiros elétricos. O banheiro masculino tem, ainda, dois mictórios (*fig. 28, p. 64*). As instalações hidráulicas e elétricas em ambos os sanitários, masculino e feminino, foram refeitas e embutidas, quando da reforma.

O único tanque para lavagem de roupa está localizado entre os banheiros dos funcionários, no pátio descoberto (*fig. 29, p. 65*). Esse tanque de coluna ainda é dos modelos antigos construídos em cimento. Existe, também nesse espaço, uma máquina de lavar roupa que está desativada. A instalação desse equipamento gerou a necessidade da execução de uma adaptação para o esgotamento da água, de maneira a fazer sua ligação com o único ralo existente nesse piso. Esse ponto de esgotamento recebe, portanto, as águas servidas do tanque, da máquina de lavar, dos dutos de captação do sistema de coleta das águas pluviais e da própria água de lavagem do piso do pátio.

Na parte da frente da edificação, foi reformado um ambiente para a instalação do consultório odontológico e de um banheiro, aproveitando o nicho sob a escada. Externamente, foi colocado um lavatório de louça

embutido em uma bancada de pedra, instalado em um ambiente na entrada do consultório e do banheiro. Todo esse complexo de instalações hidráulicas é alimentado por 3 (três) caixas d'água com capacidade de 500 litros cada, colocadas sobre a laje da cozinha.

As instalações elétricas do edifício foram totalmente refeitas após sua ocupação e uso como Casa de Convivência, em função do aumento de carga. Esse aumento foi ocasionado pela instalação de maior quantidade de chuveiros elétricos operando simultaneamente, bem como da sobrecarga gerada pelo uso de computadores na administração e do uso de um maior número de geladeiras e de um freezer. Em relação à iluminação, o conjunto é dependente do uso de iluminação artificial e as luminárias são, em sua maioria, do tipo comercial, para lâmpadas fluorescentes. Esse tipo de iluminação favorece a economia de energia.

Como os materiais de acabamento são em cores claras, principalmente na pintura das paredes e dos forros, o nível de iluminação ao nível das bancadas de trabalho, que é a altura tomada como referência, está adequado. Ocorre, também como auxílio desse índice, que as superfícies das bancadas de trabalho são claras e, portanto, refletem mais luz. A exceção acontece nos banheiros dos usuários onde a cor da barra impermeável, dos ambientes dos sanitários e lavatórios, é escura, absorvendo a maior parte da luz artificial do ambiente. Na área dos chuveiros, o revestimento é em azulejo branco até o teto, mas a iluminação é feita por lâmpadas incandescentes, que consomem mais energia e têm nível de iluminação menor. O aumento das cargas elétricas, de maneira geral, levou à necessidade da instalação de um transformador exclusivo no poste de entrada de energia do imóvel.

O edifício foi construído no alinhamento e sem recuos laterais ou de fundos. Isso determina que só existam aberturas voltadas para frente e para o pátio interno descoberto, formado pelo afastamento entre o corpo principal da edificação e a construção que ocupa os fundos do terreno, como já descrito anteriormente. A ausência de recuo prejudicou a ventilação e a insolação.

Os ambientes de refeitório, copa e cozinha, apesar do tempo prolongado de permanência dos funcionários e do calor gerado pela cocção dos alimentos, têm ventilação e iluminação naturais, por possuírem amplas janelas e estas se voltarem para o pátio descoberto. Os banheiros dos moradores de rua, que estão no pavimento inferior do refeitório, têm parte de sua área ventilada naturalmente. Esta situação acontece na parte mais próxima da porta e do caixilho que se voltam, também, para o pátio e cujas paredes de divisão das cabines dos sanitários são rebaixadas, com altura igual a 1,90m (um metro e noventa centímetros). Já na parte mais funda do banheiro, onde estão localizados os chuveiros e não há aberturas para o exterior, a ventilação natural inexiste, o que causa, aliado ao vapor da água dos banhos, o aparecimento de manchas de umidade na laje de forro. A iluminação natural, aí, também fica totalmente prejudicada.

No salão do pavimento térreo, onde a concentração dos moradores de rua também é grande nos períodos próximos ao horário do almoço e onde inexistem aberturas diretas de caixilhos para o exterior, a ventilação acontece através das aberturas das portas localizadas nos extremos da frente e dos fundos. A circulação do ar neste ambiente é favorecida pelo pé direito duplo da construção e pelo caixilho localizado na entrada do edifício, o qual está ligado ao salão através de uma abertura na divisória da recepção, e que, portanto, auxilia também na renovação do ar.

Outro recurso que favorece a aeração natural está na utilização de elementos vazados de concreto que formam um trecho da parede frontal do edifício, praticamente em toda sua altura (*fig. 30, p. 65*). Quando necessário, a ventilação do salão é ainda reforçada, artificialmente, por 4 (quatro) ventiladores dispostos no forro. O consultório odontológico é o outro ambiente que, por estar situado na frente do edifício, possui caixilho para o exterior. Isso só é possível, apesar de sua localização no pavimento inferior, pelo fosso existente no recuo entre a caixa de escada do edifício e o alinhamento do terreno.

Aspectos funcionais

Os aspectos funcionais do edifício, relacionados à mudança de uso para atender a uma Casa de Convivência, foram favorecidos pela amplidão dos espaços de convivência da função anterior, que era de templo religioso. Da maneira como foi concebido o templo, verificamos que, a partir da calçada, o acesso ao pavimento térreo é feito por alguns degraus que conduzem a um grande salão, onde, no extremo oposto da entrada, existe um palco em madeira. Na entrada do salão, foi criada, através de divisórias fixas de madeira, uma pequena recepção para triagem dos moradores de rua. Nesse espaço, os monitores anotam o nome dos que chegam, pois o uso dos serviços é feito por ordem de chegada. A construção no alinhamento permite que a recepção, pela posição próxima à entrada, proporcione uma ampla visibilidade da rua, e esse fato favorece os monitores no impedimento da entrada de usuários altamente alcoolizados.

No salão, enquanto aguardam o horário de banho e almoço, os moradores de rua podem conversar, ler jornais e revistas, assistir televisão ou jogar. O espaço tem boa circulação central e como mobiliário: mesas com banquetas fixas que estão dispostas, transversalmente, às paredes laterais. Uma escada interna leva ao mezanino, que ocupa toda a largura do salão. Em termos de extensão, esse espaço começa alinhado à parede da frente do imóvel, correspondente à recepção, e se sobrepõe 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) ao final desta. É acrescido, ainda, da área da caixa de escada frontal do edifício, correspondente a esse pavimento. Serve para guardar alguns móveis e objetos em desuso. Acima desse mezanino existe, ainda, um ambiente pequeno que, atualmente, serve de dormitório para um ex-morador de rua que reside no local e o guarda. O dormitório possui os elementos vazados de concreto que foram assentados na parede frontal do edifício e, na parede oposta a essa, um caixilho que se abre para o telhado do salão.

É no fundo do salão, ainda, em um palco de madeira aí construído, que os usuários se acomodam, em cadeiras comuns de concha plástica,

para assistir televisão. O aparelho está colocado em um nicho alto, formado por lambris de madeira. À direita desse nicho, existe uma porta, que faz a ligação com a cozinha através de uma sacada. Essa ligação se dá por meio de um patamar que é o topo de uma escada interna ao corpo principal da casa, cujo início está no piso inferior, voltado para o espaço aberto formado entre a construção da frente e dos fundos do edifício. Ele possibilita acessar, também, um pequeno espaço de laje, que ladeia o vazio da escada e serve de depósito de alimentos secos e alguns outros objetos. O conjunto desse espaço do palco e dos nichos corresponderia ao púlpito de pregação nas igrejas evangélicas que contém também o batistério.

A cozinha tem largura igual a 2,10m (dois metros e dez centímetros), e uma distribuição linear de seus equipamentos, que são a pia e dois fogões industriais, um deles com forno. O botijão de gás fica no chão, ao lado de um dos fogões, sem nenhum anteparo de proteção. Esse ambiente é bastante iluminado e ventilado por uma janela do tipo “vitraux”, cujas aberturas são basculantes. Esse espaço ocupado pela cozinha está ligado, de um lado, à sacada contígua ao salão e, do outro, ao refeitório e trabalha nessa função apenas uma funcionária.

O refeitório ocupa um grande espaço construído nos fundos do terreno, dividido através de um balcão formando uma copa e o ambiente de refeições. Esse espaço de refeições possui 2 (duas) mesas com bancos fixos, dispostas longitudinalmente, semelhantes às do salão, com capacidade para 38 (trinta e oito) usuários. Esta disposição permite a circulação em toda sua volta. A parede do refeitório, que está voltada para o espaço vazio distanciado do corpo principal do edifício, tem 2 (duas) amplas janelas do tipo “vitraux”, com vidros basculantes, que possibilitam boa iluminação e ventilação naturais. A parede oposta foi construída no limite dos fundos do terreno e, por não ter aberturas, acomoda, linearmente, as geladeiras, o freezer horizontal e o paineliro.

No espaço da copa, existe uma bancada muito grande, em aço inox, com duas pias. Essa bancada serve para o preparo dos alimentos e lavagem das grandes painéis industriais de cocção. E é onde, também, após a

refeição, que os usuários lavam seus pratos e talheres. As refeições são servidas, aí, pelas duas auxiliares de cozinha e pela cozinheira, através do balcão.

O acesso ao pavimento inferior pode ser feito tanto pela frente do edifício como pelas escadas dos fundos – a interna e a externa que é, também, entrada do refeitório. Na frente do edifício existe uma escada com corrimão, que desce para este pavimento, o qual é dividido entre um corredor largo, à esquerda, e algumas salas, à direita. Essas salas abrigam, da frente para os fundos, um consultório odontológico e o banheiro dos funcionários da administração e convivência, uma sala de reuniões, a administração, o salão de convivência, a biblioteca e um guarda volumes, voltado para o pátio aberto. Esse pátio possibilita, também, o acesso aos banheiros dos funcionários da cozinha e monitores, assim como aos banheiros dos usuários da Casa de Convivência. E, vizinha a esses banheiros, uma sala é utilizada como bazar e depósito de roupas e objetos doados. É nesse pátio, também, que os usuários lavam suas roupas no único tanque existente e as penduram em varais que são canos de ferro e estão acima da altura das portas. Isso permite a circulação nessa área e dificulta a manipulação das roupas por estranhos.

O pátio é a área descoberta que possibilita a iluminação e ventilação natural dos ambientes de sanitários, bazar e guarda volumes, localizados nos fundos. Isso acontece através das aberturas existentes que são as portas desses ambientes e janelas do tipo “vitraux”, com abertura basculante, cujos vidros foram pintados de branco, como proteção à visão do interior deles. O outro ambiente do pavimento inferior, o qual possui abertura direta para o exterior, é o consultório odontológico. Os demais ambientes desse pavimento não são nem iluminados nem ventilados naturalmente, faltando renovação do ar pelo cruzamento da ventilação. Isso acarreta, entre outras coisas, alguns pontos de umidade nas paredes.

A acessibilidade à Casa de Convivência é razoavelmente resolvida, pois, apesar de prescindir de escadas para o acesso a todos os pavimentos e até a alguns ambientes, elas se diferenciam quanto à largura e quantidade

de degraus. Isso permite que os usuários possam optar pela rota mais adequada a seguir.

A comunicação visual é quase inexistente e está restrita à informação da distinção de gênero, nos banheiros dos usuários, escritas em folhas de papel. Outra placa de sinalização pode ser observada na descida da escada interna, que faz a ligação do pavimento térreo do edifício com o pátio descoberto, e está fixada na face interna da viga perimetral de fundos da construção principal, o que explica a visibilidade restrita aos usuários que descem por essa escada. As outras placas são as de identificação da Casa, obrigatórias pela legislação da SAS/PMSP, as quais estão colocadas na caixa de escada na frente do edifício para garantir visibilidade de quem está na rua.

No caso desta pesquisa, a importância das entrevistas esteve aliada à complementação de algumas informações, principalmente as de caráter funcional. Dessa maneira é que soubemos, através das coordenadoras, que o atendimento aos moradores de rua variou desde o início de funcionamento das atividades do Projeto Integrarte. Eram atendidas, inicialmente, cerca de 40 a 50 (quarenta a cinquenta) pessoas, apenas 3 (três) vezes por semana, no período da noite. Após o estabelecimento do convênio com a SAS/PMSP, o número de usuários passou a ser de 80 a 90 (oitenta a noventa) pessoas, diariamente. Atualmente, são atendidas, aproximadamente, 120 (cento e vinte) pessoas por dia. O modelo de atendimento, tanto em relação ao que uma Casa de Convivência oferece enquanto local ou como em relação das atividades planejadas, só recentemente passou a ser exigido pela prefeitura, após a aprovação do Decreto n. 40.232 de 2001. No início, as adaptações eram feitas de acordo com as necessidades que iam surgindo. Atualmente, o planejamento das atividades com alternância de horários é que possibilita as utilizações variadas.

De acordo com as coordenadoras, o local tem influência quer na quantidade de usuários, quer no tipo de usuário que procura por esse serviço. Segundo elas, a proximidade com o centro da cidade, que é o lugar de maior concentração de moradores de rua, determina uma maior procura.

Na medida, portanto, que esses serviços se afastam do centro, sua procura se torna menor, em relação aos centrais. O horário de funcionamento também tem influência e relação direta com o local. O Projeto Integrarte, por estar localizado no interior do bairro, só teve sua procura aumentada quando passou a funcionar de dia. Até no tipo de usuário, a localização da Casa de Convivência tem influência, porque quanto mais afastado do centro da cidade menor a probabilidade de procura por usuários dependentes de drogas, por exemplo, já que é no centro que eles se concentram em maior número. Isso confere ao Projeto Integrarte a segurança e o respeito que os usuários procuram, e, inclusive, está levando a um aumento da procura por idosos, que encontram aí mais tranquilidade.

O perfil desses usuários é de uma maioria com faixa etária entre 18 a 45 anos, predominantemente homens, desempregados e idosos com um valor pequeno de aposentadoria (que vêm para o almoço). São, em grande número, vítimas do alcoolismo. A maioria tem, também, um ofício ligado à construção civil e alguns poucos possuem até formação completa de nível superior. Sua procura por este equipamento os classifica em, aproximadamente, 40% fixos, 40% circulantes (procuram também outros lugares) e 20% novos, a cada dia. Eles são originários de albergues da região central, dos bairros do Brás, Belém, Lapa e da região da avenida Paulista. Entre os usuários, são raros os casos de pessoas portadoras de deficiência física. Este termo é aqui usado para os diferenciar dos portadores de necessidades especiais, que é como este trabalho considera a população de rua. No entanto, há usuários que utilizam muletas, embora o local não esteja adaptado para tal. O número de pessoas nessas condições é reduzido, pois a distância do metrô inibe um uso mais intenso por parte desse tipo de usuário.

Na limpeza do edifício, os usuários participam voluntariamente, em pequenas atividades como varrer o chão ou limpar as mesas do salão. A manutenção do edifício é feita pelo mesmo ex-morador de rua que faz a guarda do local. Os serviços incluem pintura, limpeza das caixas d'água e dedetização, semestralmente, e pequenos consertos de hidráulica e elétrica,

quando necessários. Já as obras de reforma ou novas construções foram e são executadas por profissionais habilitados. A desratização, quando necessária, foi realizada pela prefeitura.

A Casa de Convivência funciona das 8:00 às 17:00h, diariamente, inclusive nos fins de semana. Suas portas permanecem abertas até 10:00h ou lotação plena. É realizada a primeira triagem na entrada, quando os educadores anotam o nome de quem chega. Entre 9:00 e 9:30h, é servido o café. Após o café, os usuários são encaminhados para o banho e lavagem de roupa, onde o atendimento máximo é de 15 pessoas por dia, com limite no número de peças a serem lavadas. As pessoas que vêm para a refeição, apenas, podem chegar um pouco mais tarde. Até às 11:00h, podem ficar em atividades lúdicas como jogos, TV e leituras. A partir desse horário, é feita uma pregação, embora não seja uma atividade obrigatória. E às 11:30h, é iniciada a chamada para o almoço, respeitando a ordem de chegada.

Após o almoço, por volta das 13:00h, começam as atividades de convivência, acompanhadas por psicólogas e terapeutas ocupacionais e, nelas, o número de usuários se reduz. A maioria desses usuários acredita que o período da tarde é importante para buscar trabalho ou meios de sobrevivência. Há, ainda pelas manhãs, atualmente, uma série de atividades em diferentes dias, que incluem atendimento psicológico, alfabetização, música (coral e violão) e palestras ou oficinas, como a de sexo seguro, que estava em andamento na época da pesquisa. O atendimento à saúde é feito pelo encaminhamento ao posto de saúde municipal mais próximo, que realiza exames para detectar doenças como tuberculose, HIV, hepatite e sífilis, muito comuns entre os moradores de rua.

Os funcionários são contratados pela Casa de Convivência, exceto 3 (três) deles, que são autônomos. Destes, 2 (dois) são vinculados à prefeitura e o outro é vinculado à entidade evangélica conveniada, todos remunerados. Há uma funcionária, auxiliar de cozinha, que é portadora de deficiência física, mas segundo a mesma, isso não interfere no seu trabalho. A equipe é bastante estável e mantém um bom relacionamento entre si e com os usuários, evitando o assistencialismo, mas procurando coibir abusos. É

importante salientar que, nos finais de semana, a equipe de funcionários é diferente da que trabalha durante a semana e menor, embora o número de usuários seja o mesmo.

Projeto Integrarte – mapas

Figura 13.

Mapa de situação do Projeto Integrarte ★.

Figura 14.
Localização do Projeto Integrarte ★ no sistema viário.

Projeto Integrarte – plantas

Figura 15.
Esboço do pavimento inferior do Projeto Integrarte para levantamento.

Figura 16.
Esboço do pavimento térreo do Projeto Integrarte para levantamento.

Figura 17
 PLANTA PAV. INFERIOR
 ESC. 1:150

Figura 18
 PLANTA PAV. TÉRREO
 ESC. 1:150

PLANTA MEZANINO
ESC. 1:150

PLANTA SÓTÃO
ESC. 1:150

ELEVAÇÃO FRONTAL
ESC. 1:150

Figura 19

Projeto Integrarte – aspectos físicos

Figura 20.
Divisória móvel em madeira.

Figura 21.
Painel de azulejo nos pontos de água.

Figura 22.
Banheiros – paredes divisórias
internas.

Figura 23.
Segurança contra incêndio.

Figura 24.
Caixilho basculante.

Figura 25.
Imagem do interior da
cozinha.

Figura 26.
Imagem do interior do banheiro dos funcionários com obras de manutenção.

Figura 27.
Imagem do interior da copa.

Figura 28.
Banheiro masculino.

Figura 29.
Tanque para lavagem de roupa.

Figura 30.
Elementos vazados de concreto.

Capítulo 4

AVALIANDO O PROJETO INTEGRARTE

O capítulo anterior descreveu o ambiente construído da Casa de Convivência Projeto Integrarte, considerando alguns dos métodos empregados pela APO para proceder a levantamentos dos aspectos físicos e funcionais do edifício. Levou também em consideração algumas recomendações da AET, bem como nossa própria experiência profissional na área da arquitetura. Esse material analisado, quando comparado, ainda, às normas edilícias vigentes, permite avaliar a adequação do edifício à sua função e a seus usuários.

Construção: uso, materiais e instalações prediais

O uso das edificações está agrupado, segundo o COE (Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo), de acordo com sua finalidade e semelhança, no todo ou em parte, a uma ou mais das atividades que ele apresenta. Essas atividades podem ser residenciais, comerciais, de prestação de serviços, de locais de reunião, entre outras. Nos grupos de atividades apresentadas, não encontramos, pelo tipo de serviço prestado, a função específica de casas de convivência, que se atualizou, segundo a nova legislação da assistência social. O serviço prestado inclui a oferta de espaços para a realização de trabalho sócio-educativo em regime de atendimento diário, desenvolvendo atividades de convivência, ocupacionais, educacionais, culturais e de lazer. Inclui, ainda, oferecer condições de

higiene pessoal, lavagem e secagem de roupas, alimentação, guarda de volumes e orientação em providenciar documentação e referências na cidade (Decreto 40.232/01).

Esse descompasso de identificação dos usos é explicado em razão dos 5 (cinco) anos de diferença entre a aprovação da legislação que rege as construções, que é o COE (1992), e da que rege o sistema de assistência social do município, a qual define a política de atendimento à população de rua e a quem se destina esse tipo de serviço, que é a Lei 12.326, que cria a política de atenção à população de rua (1997). No entanto, segundo a classificação vigente no IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), a edificação está com uso definido como templo porque, originalmente, o projeto foi elaborado com essa finalidade e, assim, encontra correspondência nos usos definidos pelo COE. Segundo a legislação, esse uso está definido como para locais de reunião, destinando-se a abrigar eventos concentradores de público, sendo esse um dos fatores que possibilitou seu uso como casa de convivência. Através dessas informações, pudemos avaliar que há um descompasso na atualização dos dados da legislação, bem como na transmissão desses dados aos setores correspondentes.

Com relação aos materiais construtivos, o edifício não apresenta discrepâncias em relação ao que é estabelecido nas normas técnicas, inclusive quanto aos materiais de acabamento. Nas paredes do pavimento inferior, foram notadas manchas de umidade, principalmente próximo da altura do rodapé. Isto indica a necessidade de um tratamento mais específico de impermeabilização ou maior constância na renovação dos materiais aplicados com essa finalidade (*fig. 31, p. 78*).

A cobertura é outro item que necessita de atenção, pois ventos, às vezes, deslocam as telhas cerâmicas provocando infiltrações. A água infiltrada, no caso analisado, estragou algumas placas do forro do salão e do mezanino (*figs. 32-34, pp. 78-79*). Isto indica a necessidade da correção das frestas entre as telhas para interromper o processo de infiltração de água.

As instalações prediais merecem uma atenção cuidadosa e pormenorizada e serão avaliadas, por sua especificidade. As instalações de água potável estão de acordo com as prescrições normativas, sendo objeto de manutenção permanente. Contudo, as instalações de águas pluviais carecem de mais pontos de escoamento, especialmente na área do pátio descoberto, que possui, apenas, um único ralo (*figs. 35 e 36, p. 80*). Esse dispositivo recebe as águas servidas do tanque, as águas pluviais captadas pela cobertura do edifício principal e pela cobertura do refeitório, assim como da lavagem do próprio piso onde está situado. O volume de águas recebidas ultrapassa, em muito, sua capacidade de esgotamento.

As instalações de energia foram reformadas e reforçadas em função do acréscimo de cargas, relativas à maior quantidade de chuveiros, eletrodomésticos de refrigeração, equipamentos de informática e pontos de iluminação, em uso. As obras necessárias a essas alterações, quando executadas, foram acompanhadas por profissionais habilitados e pelas concessionárias competentes.

Quanto às instalações de gás, ainda não estão canalizadas, na região, exigindo a utilização do sistema comum de botijão (*fig. 37, p. 81*). O armazenamento desse recipiente, no entanto, não atende às disposições do COE, que fixa a necessidade de locação em compartimento exclusivo, dotado de aberturas para ventilação permanente.

Outro item que mereceria cuidados é o do sistema de drenagem natural do terreno. O edifício está construído nos limites do lote, sendo que os afastamentos de frente e fundos possuem piso pavimentado, impedindo a drenagem natural das águas (*fig. 38, p. 81*). A essa questão da drenagem natural ou por construção de reservatório, indicada pelo COE, se soma a pouca capacidade de esgotamento no pátio descoberto, já mencionada. Estes fatores, em ocasião de grande precipitação pluvial, favorecem o alagamento do local.

Construção: insolação e aeração

A insolação e aeração naturais do edifício estão parcialmente garantidas pelo pátio descoberto, interno ao lote, com uma área de 29,94m² (vinte e nove metros quadrados e noventa e quatro centímetros), superior ao mínimo recomendado pelo COE que é de 5,00m² (cinco metros quadrados). A largura desse espaço livre também está acima da recomendação, ou seja, a largura média é de 3,80m (três metros e oitenta centímetros) quando o mínimo recomendado é de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

A garantia é somente parcial porque alguns ambientes não têm aberturas voltadas, diretamente, para esse pátio. Nesses casos, as alternativas encontradas foram ventiladores de teto, seja no salão do pavimento térreo e de piso, seja em algumas salas do pavimento inferior. Ainda como forma de melhorar a circulação do ar no interior do salão, as portas de acesso, localizadas em paredes opostas, permanecem abertas no horário de utilização pelos moradores de rua. E, nas salas do pavimento inferior, uma solução encontrada foi deixar os vãos livres das portas ou seccioná-las, permitindo que a parte superior da folha da porta fique aberta e a de baixo fechada (*fig. 39, p.82*). Ainda assim, há carência de circulação de ar nesse pavimento e falta de ventilação cruzada.

No caso das instalações sanitárias, todas têm ventilação natural, mesmo que insuficiente, por suas aberturas estarem voltadas para o pátio descoberto (*figs. 40 e 41, p. 83*). A iluminação natural é que fica prejudicada pela pintura com tinta opaca que os vidros receberam a fim de barrar a visão do interior desses ambientes, já que os peitoris são baixos como os de locais de estar onde a altura usual é de aproximadamente 1,00m (um metro).

A insolação e aeração dos ambientes estão diretamente relacionadas com a salubridade dos mesmos. No caso de ambientes destinados a receber uma população de moradores de rua, os quais convivem com doenças, especialmente as pulmonares como a tuberculose, esses aspectos merecem uma atenção ainda maior por parte dos arquitetos que projetam tanto os

novos locais de abrigo e convivência, como dos já existentes que necessitam de adaptações.

Dimensões mínimas dos ambientes

Como o edifício foi originalmente concebido para ser um templo evangélico, seus ambientes são bastante amplos. Isso permitiu uma adequação dos espaços às novas funções e pouca necessidade de reformas. Elas foram necessárias, principalmente nos sanitários, para que se adequassem à quantidade mínima de peças sanitárias exigidas pelo COE, referente ao número de usuários atendidos. Esses espaços, que foram reformados, tinham, originalmente, a função de dormitórios. É importante enfatizar o fator favorável que é essa adaptabilidade dos espaços, pois a execução de reformas fica prejudicada também pela relação de locatário que o Projeto Integrarte mantém com a Igreja Batista do Sumarezinho, a real proprietária do imóvel.

A observação das áreas internas do edifício indicou que o dimensionamento dos ambientes está de acordo com o COE, tanto na medida mínima relativa ao pé-direito, como na medida mínima de piso. O pé-direito de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de todo o pavimento inferior é igual ao mínimo recomendado para esse espaço. No refeitório e nas dependências de serviços, ele é superior ao recomendado, assim como no salão do pavimento térreo, onde o pé-direito é duplo (*figs. 42 e 43, p. 84*). Nos sanitários, essa medida também é satisfatória.

Armazenamento, intervenções e mudanças

Quando os usuários fazem uso dos banheiros, seus pertences são deixados num ambiente voltado para o pátio descoberto. Nesse ambiente, existem alguns armários metálicos, do tipo guarda-volumes (*fig. 44, p. 85*). Com essa mesma finalidade, são utilizadas duas estantes metálicas, que compõem parte do mobiliário do salão, localizadas próximas da recepção

(*fig. 45, p. 85*). Aliás, um local para a guarda dos pertences é uma reivindicação constante, feita pelos usuários mais assíduos ao local. E, eventualmente, eles pedem, ainda, que seus documentos sejam guardados pelas coordenadoras, o que é feito na administração. A medida visa resguardar seus comprovantes de identidade, pois o nomadismo, a bebida e a ausência de segurança nas ruas são ameaças constantes e podem levar à perda dessa documentação.

O armazenamento de parte dos alimentos é feito num compartimento, localizado atrás da divisória fixa de madeira, que faz o fechamento do palco, existente nos fundos do salão. Esse espaço se localiza lindeiro à escada dos fundos, no mesmo nível de seu patamar superior. A passagem que leva até à porta de acesso desse compartimento, por ser estreita e com pé-direito reduzido, acaba inibindo sua “invasão” (*fig. 46, p. 86*). A ventilação desse depósito de alimentos está garantida por aberturas voltadas para o pátio descoberto (*fig. 47, p. 86*). O restante do armazenamento é feito em uma parte do espaço correspondente à caixa de escadas na parte frontal do edifício. No entanto, sabemos que estes compartimentos não foram projetados para essa função.

A guarda de lixo atende as especificações do COE relativas à área do edifício, mas mereceriam um abrigo ou sistema de guarda por causa do grande volume coletado por dia, uma vez que alguns utensílios, usados nas refeições, são descartáveis.

Circulações horizontais e verticais

As circulações horizontais, segundo o COE, são consideradas como os espaços de corredores e vestíbulos¹. As circulações verticais, no caso analisado, são as escadas externas e internas. Ambas as circulações foram avaliadas em relação à sua capacidade de escoamento, segurança e dimensionamento.

¹ Espaço entre a rua e a entrada de um edifício; átrio.

A largura e a utilização dos espaços de circulação são os critérios para classificá-los em privativos ou coletivos. Os de uso privativo devem ter largura mínima de 0,80m (oitenta centímetros) e, quanto ao uso, destinar-se ao acesso a compartimentos de uso limitado das edificações em geral. Os de uso coletivo devem ter largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) e, quanto ao uso, ser destinado ao público ou ao coletivo dos usuários.

Neste caso que está sendo avaliado, temos dois espaços significativos de circulação horizontal a destacar, que são o corredor lateral que dá acesso às salas, no pavimento inferior, e o corredor de circulação entre as mesas do salão, no pavimento térreo (*fig. 48, p. 87*). O corredor lateral tem largura igual a 1,90m (um metro e noventa centímetros) (*fig. 49, p. 87*). E o corredor de circulação, no salão, tem largura superior a 1,20m (um metro e vinte centímetros). Ambos estão, portanto, em consonância com a legislação.

Em relação aos espaços de circulação vertical, o edifício possui somente escadas. Há escadas externas e internas. As externas são as duas que dão acesso, respectivamente, aos pavimentos inferior e térreo do edifício e a que acessa o refeitório (*fig. 50, p. 88*). Das internas, em número de três, duas levam ao mezanino e ao sótão, e estão aprumadas numa caixa de escada, na frente do edifício. A terceira está localizada na parte final do corpo principal do edifício, e leva ao salão, pelo lado do palco (*fig. 51, p. 88*).

As escadas de circulação interna têm largura igual a 0,80m (oitenta centímetros). A escada externa do refeitório tem largura de 0,95m (noventa e cinco centímetros). A escada que dá acesso ao pavimento inferior tem 1,35m (um metro e trinta e cinco centímetros) e a do pavimento térreo tem 2,08m (dois metros e oito centímetros). Isso indica que a largura da maioria das escadas está de acordo com o COE.

De acordo, ainda, com a legislação de edificações, as escadas de menor largura devem possuir corrimão apenas de um lado, e de ambos os lados as de acesso aos pavimentos térreo e inferior, com maior largura. Além disso, eles devem ser contínuos, prolongando-se pelo menos 0,30m

(trinta centímetros) do início e término da escada, para auxílio aos deficientes visuais. Essa é uma recomendação que não foi atendida.

A observação do local em diferentes horários possibilitou constatar que as escadas comumente utilizadas são as do acesso ao salão do pavimento térreo, a do acesso ao refeitório e a dos fundos, que leva ao salão, pelo lado do palco. A escada de acesso ao pavimento inferior só é utilizada eventualmente, porque é necessário que alguém venha abrir a porta de entrada a esse pavimento, que normalmente permanece fechada.

Utilização dos espaços

A utilização dos espaços, na Casa de Convivência, já foi analisada no capítulo 3 deste trabalho. Resta comentar sobre algumas particularidades desse uso, ligadas às normas do lugar.

Uma das primeiras normas é a proibição de fumar no interior do edifício. Isso acarreta uma aglomeração dos moradores de rua fumantes, no horário de chegada e abertura das atividades, na escada de acesso ao pavimento térreo. Mas favorece a qualidade do ar em todos os ambientes e reforça um princípio de saúde e higiene, uma vez que a tuberculose é doença comum entre a população de rua.

Outra regra é a organização dos dias de lavagem de roupa, em função da existência de um único tanque. Isso acontece em dias alternados, três vezes por semana. A secagem natural das roupas também é facilitada por essa organização. Vale ainda mencionar aqui a solução encontrada para os varais. Eles são de cano de ferro, fixados no pátio descoberto, em altura que permite a circulação de pessoas, por sob as roupas e, ainda, pela altura, que inibe os furtos (*figs. 52 e 53, p. 89*).

Segundo as coordenadoras, uma particularidade dessa Casa de Convivência, foi quanto à adoção de toalhas descartáveis de papel, ao invés das toalhas de banho em tecido, fornecidas aos usuários. Essa medida beneficiou os usuários pela redução da proliferação de doenças, assim como a própria instituição pela redução do consumo de água e energia elétrica. O

volume de peças para secagem também ficou mais compatível com a área física do local.

Outra providência foi a de diminuir a altura da porta da cabine dos sanitários, de forma a possibilitar a visão da cabeça e dos pés de quem está utilizando o espaço (*fig. 54, p. 90*). Essa medida, segundo as coordenadoras, foi implantada visando coibir as relações homossexuais nesses locais, além de possibilitar a verificação do estado de saúde do usuário.

Adequação a deficientes físicos

A avaliação deste item está baseada na Norma 9050/04 e no COE, na atenção dada aos portadores de deficiência física, para que tenham garantido o acesso, circulação e atendimento sanitário adequado em edificações de uso coletivo e, principalmente, de uso público.

O Guia de Acessibilidade em Edificações (2002), da Comissão Permanente de Acessibilidade da Prefeitura do Município de São Paulo, orienta que, ao menos, um dos acessos à edificação deva estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos. E, ainda, que ao menos um dos itinerários de circulação horizontal e vertical permita a comunicação acessível entre o interior e o exterior do edifício. Quanto aos sanitários adaptados às pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida, ao menos uma peça deve respeitar os critérios de acessibilidade. Essa adequação a deficientes físicos não existe no local.

Outra questão verificada é a circulação vertical entre pavimentos ser totalmente por escadas, sem o acesso por algum meio mecânico de transporte, o que, para pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida, pode se transformar numa dificuldade de locomoção. Mas essas condições de acessibilidade foram estabelecidas a partir dos anos 90, posteriormente, portanto, à construção do edifício, objeto do estudo de caso. Seriam necessárias algumas adaptações, no local, para que esse aspecto pudesse melhorar.

Comunicação visual

A avaliação deste item abrange o sistema de sinalização e comunicação visual, interna e externa, existentes no edifício. Um sistema de sinalização e de comunicação visual pressupõe a existência de um conjunto de sinais indicativos e informativos, que identifiquem claramente os ambientes e direcionem corretamente o fluxo no edifício. Essa comunicação visual, enquanto conjunto de informações, inexistente. O que se observou foram as placas de identificação do local e do convênio com a Prefeitura, exigidas por ela, no exterior do edifício (*fig. 55, p. 91*).

No interior do edifício, são poucas as placas de sinalização existentes, restritas àquela que direciona o fluxo para os banheiros, às de identificação do gênero nas portas dos banheiros e uma, ainda, que restringe o acesso à cozinha. A primeira placa está fixada em local que a visualização fica prejudicada, qual seja, a face interna de uma viga na transposição da escada para o pátio descoberto onde ficam os banheiros (*fig. 56, p. 91*). As placas das portas dos banheiros são manuscritas indicando ELE e ELA. Acima do tanque há outra sinalização de alerta sobre a colocação de roupas penduradas nos conduítes aparentes (*fig. 57, p. 92*). E a de restrição ao acesso da cozinha está bem posicionada e se refere à proibição da entrada de pessoas estranhas, conforme o texto, mostrando também um pictograma auxiliar (*fig. 58, p. 92*).

Apesar da circulação dos usuários ser assistida pelos educadores do local, um projeto de sinalização e comunicação visual ofereceria vários benefícios para todas as pessoas frequentadoras, especialmente as novatas. Esse é um aspecto abordado pela Ergonomia, em sua relação com a cognição, através do estudo da legibilidade e da capacidade de memorização do indivíduo. Embora o assunto da capacidade de memorização faça parte também dos estudos ergonômicos, principalmente entre a classe trabalhadora, ela afeta todos os indivíduos, indistintamente e está, ainda, associada ao descanso. Os estudos da Ergonomia demonstram, também, que a falta de sono e descanso afeta o ritmo biológico do indivíduo

com consequência nas suas capacidades intelectivas (Grandjean, 1998 e Iida, 2002). Se nos referimos às necessidades especiais da população de rua, inclusive pelo fato de não terem quase descanso, podemos, também, afirmar que sua capacidade de legibilidade e memorização se encontra comprometida. Isso indica a necessidade de execução de um sistema de sinalização e informação que considere esse fato.

Projeto Integrarte – espaços construídos e vivenciados

Figura 31.
Manchas de umidade no pavimento inferior.

Figura 32.
Placas do forro do salão
danificadas.

Figura 33.
Placas do forro do salão
danificadas.

Figura 34.
Placas do forro do mezanino
danificadas.

Figura 35.
Ralo do pátio descoberto.

Figura 36.
Instalações de águas pluviais.

Figura 37.
Instalação predial de gás.

Figura 38.
Instalações prediais – drenagem.

Figura 39.
Sala da coordenação – aeração pela porta.

Figura 40
Acesso e ventilação banheiro feminino.

Figura 41
Acesso e ventilação banheiro masculino.

Figura 42.
Interior do salão – vista da entrada com mezanino próprio de pé direito duplo.

Figura 43.
Interior do salão – vista do palco e do pé direito duplo.

Figura 44.
Armazenamento de pertences
no guarda volumes.

Figura 45.
Armazenamento de pertences no salão.

Figura 46.
Acesso ao depósito de alimentos.

Figura 47.
Depósito de alimentos – aberturas.

Figura 48.
Circulação horizontal – corredor
entre as mesas do salão.

Figura 49.
Circulação horizontal – corredor
lateral do pavimento inferior.

Figura 50.
Circulação vertical – escada de
acesso frontal aos pavimentos
térreo e inferior.

Figura 51.
Circulação vertical – escada de
acesso ao salão pelo lado do palco.

Figura 52.
Utilização dos espaços –
varal suspenso.

Figura 53.
Utilização dos espaços – tanque de lavagem de roupa.

Figura 54.
Utilização dos espaços – portas dos sanitários.

Figura 55.
Sinalização externa de
identificação do local.

Figura 56.
Sinalização interna de
direcionamento.

Figura 57.
Comunicação visual de alerta.

Figura 58.
Comunicação visual de restrição de acesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Os códigos visuais da pobreza não devem ser necessariamente pobres.”¹

Gui Bonsiepe

A afirmação acima, do designer e professor alemão, foi retirada do livro onde ele discute a dependência tecnológica dos países da América Latina, considerados subdesenvolvidos ou periféricos, com relação aos países desenvolvidos ou de centro. Segundo o autor, essa dependência está relacionada à reserva de transferência de tecnologia para criar tecnologia. E um de seus pressupostos é que os países periféricos precisam identificar suas próprias necessidades e desenvolver tecnologia que atenda as suas realidades e potencialize seus recursos. Isto se consolidaria na produção de um design mais consciente, atento às demandas locais e nem por isso qualitativamente inferior.

Essa idéia está presente também no PLASp/2002-2003, enquanto intenções, quando discute sobre a qualificação dos espaços públicos da cidade de São Paulo como direitos dos cidadãos. Nesse texto do Plano de Assistência Social, da atual gestão municipal, é feita uma crítica à visão ainda conservadora com que a questão da pobreza é tratada na SAS, onde é denunciada a ideologia de que “para o pobre qualquer coisa serve”. E, em relação aos locais de prestação de serviços à população, a própria SAS admite que a qualidade dos serviços prestados deva se refletir nesses espaços, mas que, na Secretaria, ainda não existem padrões para isso. Ou seja, indica que não existem padrões na Secretaria para qualificação dos espaços, nem controle contínuo de verificação e manutenção das suas

¹ Bonsiepe, Gui. *A Tecnologia da Tecnologia*.

unidades, em relação às condições de habitabilidade e de padrões de uso dos locais de serviços.

A SAS apresenta, contudo, em seu Plano, duas metas destinadas a criar novas soluções para os espaços de serviços consideradas compatíveis com o direito à qualidade da atenção social. Essas metas estão baseadas na criação de registros de todas as unidades vinculadas à política de assistência social, próprias ou locadas, e na submissão delas a indicadores de qualidade em relação ao espaço de funcionamento. E, ainda, na criação de um programa específico de qualificação dos espaços próprios e dos das organizações conveniadas, desenvolvendo a possibilidade de convênios com escolas de arquitetura (PLASsp/2002-2003, p. 51). No entanto, a qualidade desses locais pressupõe adequar os espaços aos seus demandantes e envolve o conhecimento do universo de usuários desses serviços, assim como a heterogeneidade existente em cada um desses grupos. E, por se tratar de uma política pública, as metas apresentadas para essas unidades incluem, certamente, os espaços de serviços de atendimento à população de rua.

Desse modo, entendemos que essa postura da atual gestão da SAS, relativa ao registro e qualificação das suas unidades, justifica e reforça a adoção de uma metodologia idêntica à da APO, como aplicada por nós no estudo de caso da Casa de Convivência do Projeto Integrarte. A APO, como apresentado no segundo capítulo, permite avaliar, além do espaço construído em seus aspectos físicos e funcionais, a relação entre os usuários e esse ambiente. Essa avaliação foi realizada, neste trabalho, após o levantamento das características do edifício, enquanto ambiente já construído, cujos dados são apresentados no terceiro capítulo. O material analisado nesse levantamento forneceu os insumos necessários à avaliação do edifício e da adequação aos usuários, à luz da legislação pertinente e das entrevistas concedidas, como apresentado no capítulo quarto. O produto dessa avaliação, por sua vez, permitiu verificar que existem aspectos positivos e negativos no edifício, com influências diretas no serviço prestado e na população demandante. Os aspectos positivos identificados podem

servir de referências para aplicação em edifícios existentes, de mesmo uso, ou em futuros projetos. Já os aspectos negativos identificados apontam problemas que precisam de solução, no caso avaliado, e, ao mesmo tempo, demonstram que as opções realizadas não são as mais adequadas para esse tipo de local e atividade.

São essas identificações que possibilitam definir parâmetros de manutenção, reforma e/ou construção das edificações destinadas à prestação de serviços à população de rua, específica deste trabalho. Bem como à formulação de critérios para a definição de programas de necessidades que orientem novos projetos, como por exemplo, equipamentos urbanos de passagem que atendam as necessidades básicas de higiene, saúde e transitoriedade dessa população.

Tomando como exemplo o caso do Projeto Integrarte, a qualidade dos espaços destinados aos serviços propostos significa possibilitar que o serviço de lavagem de roupa prestado seja mais eficiente como é o serviço de higiene corporal. Mesmo considerando a quantidade de peças de roupa que essas pessoas carregam, ou o serviço de doação prestado pelo bazar existente no local, o número de tanques para lavagem de roupa deve ser proporcional ao número de usuários atendidos, como a relação estabelecida no COE para os sanitários. Ou ainda considerar uma outra forma de atendimento, talvez mecânica, adequada às condições e recursos locais, relacionada à lavagem ou à secagem das peças.

Uma outra questão muito importante, já apontada, que é da salubridade dos ambientes precisa ser objeto de uma atenção especial, tanto nos locais já em utilização como nos de ocupação futura. A atenção especial está relacionada à grande incidência de tuberculose entre a população de rua. Os locais em funcionamento, como é o caso do Projeto Integrarte, requerem um estudo minucioso da situação vigente no sentido de buscar soluções que aliem eficiência, praticidade e baixo custo para resolver ou ao menos minimizar a falta de iluminação e ventilação naturais encontradas. Nos projetos novos, bem como na escolha de novos locais de

instalação, essa questão deve ser tratada desde o início com toda a seriedade que o tema merece.

E ainda, como estamos considerando essa população como portadora de necessidades especiais, a acessibilidade aos locais de prestação dos serviços, e também no interior desses edifícios, deve ser considerada. Os locais mais antigos, como é o caso do Projeto Integrarte que não estejam preparados, precisam, na medida do possível, ser adaptados e os novos, adequados corretamente.

Segundo os funcionários do Projeto Integrarte, entre os motivos de retorno apontados estão a qualidade da comida, do tratamento dado às pessoas e da organização do local. A comida é sem dúvida o chamariz, que faz com que as pessoas retornem. E o retorno aliado a um tratamento respeitoso, gera confiança. E essa confiança é a base para que se estabeleçam novos vínculos entre os funcionários e os usuários e entre o próprio grupo. Esses vínculos emocionais criados não implicam ausência de reclamações, mas a explicação da psicóloga da casa é que essa atitude faz parte da convivência. Como, por exemplo, nos momentos em que os funcionários têm atitudes firmes, procurando, porém, não assumir posturas autoritárias. Essa vivência do grupo no local é que possibilita a organização que os usuários percebem como segurança.

Há, ainda, alguns outros aspectos, relativos também a questões subjetivas do atendimento prestado, que geraram algumas perguntas, as quais se compreendidas, possibilitarão intervir e dar respostas de maneira mais apropriada, às aspirações dessa população. Qual será a representação para um morador de rua de um equipamento urbano que se destina a ser uma casa de convivência? Será que um equipamento desse tipo propicia a possibilidade de sua permanência e atende às suas necessidades? As questões acima colocadas surgiram das observações de como os moradores de rua, usuários do espaço analisado, intervêm nesse local.

Observamos situações interessantes relacionadas a essas indagações. As situações se apresentaram através das intervenções artísticas que os moradores de rua, usuários do Projeto Integrarte,

realizaram em alguns pontos do local de convivência. Essas intervenções são a pintura da parede do corredor do pavimento inferior, que dá acesso às salas, em toda sua extensão e o mosaico executado na parede da sala de convivência (*figs. 59 e 60, p. 101*).

A pintura foi realizada pelos usuários que, após o almoço, permanecem no local, nas atividades de convivência propostas, ligadas em geral à música e ao artesanato. Nessas atividades, os usuários contam com a orientação de uma professora. O trabalho que, agora, se integra à ambientação do local de convivência, mas que pode ser apreciado por todos, substituiu um revestimento de massa com grânulos de minerais, de textura áspera, e, principalmente, escuro. A pintura que fizeram é sobre fundo claro, que destaca elementos identificáveis de uma paisagem de praia, como areia, coqueiros e céu limpo. A pintura transformou a passagem pelo corredor num lugar mais claro e atraente.

O mosaico executado também pelos usuários, na sala de convivência, representa dois peixes, de tamanhos diferentes, em escala bem maior que a natural, nas cores complementares do azul e do verde. Esse trabalho artesanal está localizado acima da altura de bancadas de trabalho, o que assegura uma boa visualização. As cores azul e verde, além de estabelecerem relações com as cores do mar, são reconhecidas como relaxantes. A escolha de cores complementares também está associada à uma característica de passividade, assim como o equilíbrio assimétrico da composição que proporciona uma sensação de movimento tranquilo (Dondis, 2001 e Gomes Filho, 2002). As figuras representadas, no caso, os peixes, remetem também à pintura do corredor que dá acesso a sala de convivência, onde estão representados os elementos associados à imagem de uma praia.

O fato, todavia, que pode estar vinculado à representação de um equipamento urbano de convivência é a identificação que se estabelece nessa apropriação do espaço, através de uma intervenção artística. A apropriação desse espaço de serviços, através de uma ação coletiva, propiciada pela convivência, demonstra a importância desse convívio e

dessa atitude, seja na possibilidade de identificação com os outros, seja na possibilidade de identificação com o lugar. A relação que se estabelece é a de definição de um território, como lugar de convivência demarcado por um grupo, como observado por Koga (2003) nos seus estudos sobre os territórios vividos.

À essas intervenções artísticas associamos também as “marcas”, apresentadas por Claudia Turra Magni e Mauro Bruschi (1998), quando pesquisaram a relação que os moradores de rua de Porto Alegre estabelecem com o espaço, com os bens materiais e com seus corpos. Apesar do nomadismo dessa população, que eles denominam de nômades urbanos, o rastreamento dos vestígios deixados nos seus locais de acampamento trouxe revelações importantes sobre a estrutura do espaço doméstico e a cultura material da população de rua estudada. A intervenção analisada dos usuários do Projeto Integrarte, entendida como tal, qualifica de maneira positiva, tanto o resultado na espacialidade do local (mais clareza, integração visual), quanto a ação resultante no resgate da auto-estima, autonomia, convivência comunitária e pertencimento social.

Se a avaliação pós-ocupação possibilitou o conhecimento dos aspectos físicos e funcionais do ambiente construído, necessários à manutenção e funcionamento desses espaços, é importante, também, reconhecer sua validade em possibilitar a percepção dos aspectos subjetivos da vivência desses espaços pelos usuários. Esse conhecimento adquirido possibilita a intervenção na realidade da população de rua, através do oferecimento de equipamentos urbanos, como os propostos pela SAS, e de novas propostas que possam surgir a partir desse estudo. Essas propostas devem incluir não só a qualidade física e funcional dos espaços, para que eles sejam ambientes saudáveis nos aspectos construtivos, dimensionais, térmicos, acústicos e ergonômicos, como também nos aspectos relacionados à saúde emocional dos usuários, explorando texturas, cores e referências que produzam significado para o grupo.

A relação de territorialidade pode não ser vivenciada por todo o grupo, pois alguns moradores de rua têm o hábito da não fixação num determinado

local até pela forma de expulsão constante a que são submetidos. Estes indivíduos, depois de usufruírem os serviços oferecidos relacionados à satisfação de suas necessidades básicas de higiene e alimentação, não querem permanecer nas atividades de convivência, no caso analisado. Isso, por outro lado, demonstra a necessidade de se projetarem equipamentos urbanos de atenção às necessidades de higiene e cuidados com o corpo dessa população de rua, respeitando suas características de nomadismo.

E nos perguntamos se equipamentos menores e distribuídos ao longo de suas rotas não seriam uma solução mais indicada já que, além de acompanhar os deslocamentos impostos pela sua condição de vida, permitiria um atendimento melhor a grupos menores. Essa diminuição do tamanho do grupo, por sua vez, permitiria rever se há relação entre a quantidade de pessoas e a necessidade de imposição de regras menos flexíveis, que leva a uma intolerância por parte dos usuários de serviços institucionais, segundo depoimentos ouvidos por Varanda (2003).

Ainda pensando na melhoria desse atendimento, ele poderia incorporar a sugestão feita pela coordenadora do Projeto Integrarte de que cada casa de convivência, ou mesmo albergue, tivesse um espaço reservado para a área da saúde com atendimento profissional, semelhante a um ambulatório. Além do atendimento, esse local serviria para o acompanhamento das condições de saúde dos usuários, inclusive na administração de remédios. Isso talvez minimizasse a dificuldade de atendimento dessas pessoas nos locais normalmente destinados a essa finalidade.

Equipar o urbano para populações com necessidades especiais significa, portanto, conhecer e respeitar os territórios de vida dessas pessoas, identificar suas necessidades básicas, atendê-las e, ainda, promover sua capacitação de maneira que possam conquistar sua inclusão social, além de tentar assegurá-la. A arquitetura desses espaços deve, assim, respeitar e incorporar essas características observadas e outras que surjam de novas avaliações.

Projeto Integrarte - Intervenções

Figura 59.
Intervenções no corredor.

Figura 60.
Intervenções na sala de convivência.

REFERÊNCIAS

1. Alvarez AMS e Rosenberg CP. A resiliência e o morar na rua: estudo com moradores de rua – criança e adultos – na cidade de São Paulo. **Rev Bras. Cresc. Desenv. Hum.** 1999; 9(1): 49-56.
2. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. NBR 9050. 2004.
3. Bonsiepe G. **A tecnologia da tecnologia**. São Paulo: Edgard Blücher, 1983.
4. Brasil. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Estado de Assistência Social. **LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social: legislação suplementar**. Revisão do texto: Laisy Roriz et all. 2 ed. Brasília. MPAS, SEAS, 2001. 55p.
5. Bruna G. **Avaliação Pós-Ocupação de espaços semi-públicos: a APO faz a diferença**. São Paulo: EPUSP, 1993.
6. Carneiro Junior N e col. Serviços de saúde e população de rua: contribuição para um debate. **Rev Saúde e Sociedade** 1998; 7(2): 47-62.
7. Comissão Permanente de Acessibilidade. Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de São Paulo. **Guia de acessibilidade em edificações**. São Paulo; 2002.
8. Darmegian S. Reflexões sobre o trabalho: “A resiliência e o morar na rua: estudo com moradores de rua – criança e adultos – na cidade de São Paulo”, de Aparecida Magali de Souza Alvarez (1999). **Rev Bras. Cresc. Desenv. Hum.** 1999; 9(1): 57-62.
9. Donis AD. **Sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
10. FIPE. **Censo dos moradores de rua da cidade de São Paulo**. Secretaria de Assistência Social – SAS/Fundação e Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. São Paulo, 2000.
11. Fischer F e Paraguay AIBB. A ergonomia como instrumento de pesquisa e melhoria das condições de vida e trabalho. In: Fischer, Gomes, Colacioppo (orgs). **Tópicos de saúde do trabalhador**. São Paulo: Hucitec, 1989.
12. Gomes Filho J. **Gestalt do objeto: sistema de leitura visual da forma**. São Paulo: Escrituras, 2000.
13. Grandjean E. **Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem**. 4ª edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

14. Guérin F e outros. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blücher/USP Departamento de Engenharia de Produção/ Fundação Vanzolini, 2001.
15. Iida I. **Ergonomia, projeto e produção**. 8ª reimpressão. São Paulo: Edgard Blücher, 2002.
16. **Inserção urbana e avaliação pós-ocupação (APO) da habitação de interesse social**/ editado por Alex Kenya Abiko e Sheila Walbe Ornstein. São Paulo: FAUUSP, 2002. (Coletânea Habitar/ FINEP 1), v.1.
17. Koga D. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.
18. Kutter VP. **Modelo de abordagem para edificações em situação de reciclagem**. [Dissertação]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1999.
19. Magni CT e Bruschi M. Em busca do nomadismo da imagem no trânsito entre antropologia e arte. In: Samain E (org). **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998.
20. Minayo MCS. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1999.
21. Okamoto J. **Percepção ambiental e comportamento: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e comunicação**. São Paulo: Plêiade, 1996.
22. Ornstein S e Romero M. **Avaliação Pós-Ocupação do ambiente construído**. São Paulo: EDUSP, 1992.
23. PLASp – **Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo**, 2002-2003.
24. Preiser W. **Avaliação pós-ocupação hospitalar**. [Conferência]. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUCC, 1992.
25. Rosa CMM organizadora. **População de rua Brasil e Canadá**. São Paulo: HUCITEC, 1995.
26. Santos MCL dos e Pereira AF. As várias vidas dos produtos, materiais e embalagens na cultura material da sociedade de consumo ao homeless. **Anais P&D Design'98 3º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design**. Rio de Janeiro, 1998.p. 760-770.
27. Santos MCL dos. On the edge of São Paulo, Los Angeles e Tokyo: design, resistance and homelessness. **Proceedings Aveiro**. Universidade de Aveiro, 2001.
28. Santos MCL dos. Saudosa maloca? **Rev Família Cristã**, 2001.
29. São Paulo (Município). Decreto n.40.232, de 02 de janeiro de 2001. Dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Público Municipal a prestar atendimento à população de rua da Cidade de São Paulo, e dá outras providências. In: **População de rua tem seus direitos garantidos**.

Gabinete da vereadora Aldaíza Spozati. Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, jan. 2001. p. 14.

30. São Paulo (Município). **Novo código de obras e edificações do Município de São Paulo (COE)**, Lei n.11.228, de 25 de junho de 1992. Dispõe sobre as regras gerais e específicas a serem obedecidas no projeto, licenciamento, execução, manutenção e utilização de obras e edificações, dentro dos limites dos imóveis, revoga a Lei n. 8.266, de 20 de junho de 1975, com as alterações adotadas por leis posteriores, e dá outras providências. São Paulo, 1992. 125 p.
31. São Paulo (Município). Câmara Municipal de São Paulo. Gabinete da vereadora Aldaíza Spozati. Lei n.12.316, de 1997. Cria a política de atenção à população de rua. In: **População de rua tem seus direitos garantidos**. São Paulo, jan. 2001. p. 6.
32. Schor SM e Artes R. Primeiro censo dos moradores de rua da cidade de São Paulo: procedimentos metodológicos e resultados. **Rev Economia Aplicada** 5(4): 861-883, 2001.
33. Simões Júnior JG. **Moradores de rua**. São Paulo: Polis, 1992.
34. Souza, CL de. **Organização Ambiental e desenho urbano: APO de um espaço urbano com enfoque nos aspectos perceptivos – o caso da nova Av. Faria Lima**. [Dissertação]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1997.
35. Varanda W. **Do direito a vida à vida como direito: sobrevivência, intervenções e saúde de adultos destituídos de moradia nas ruas da cidade de São Paulo**. [Dissertação]. Faculdade de Saúde Pública da USP, 2003.
36. Visconti, MGC. **Programação de projetos hospitalares**. [Dissertação]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1999.

Bibliografia complementar

1. Bertolli Filho C. **A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
2. Bruna, GC. **APO e controle de qualidade do ambiente construído**. São Paulo: ABNT, 1991.
3. Ferrara LD. **Ver a cidade: cidade, imagem, leitura**. São Paulo: Nobel, 1988.
4. IPLANRIO. **Rio Cidade: o urbanismo de volta às ruas**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1996.

5. Latorraca G, organizador. **João Filgueiras Lima, Lelé**. Série arquitetos brasileiros. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi /Lisboa: Editorial Blau, 1999.
6. Lima JF. CTRS - **Centro de tecnologia da rede Sarah /João Filgueiras Lima (Lelé); depoimentos de Oscar Niemeyer e Aloysio Campos da Paz Júnior**. Brasília: SarahLetras /São Paulo: Fundação Bienal / ProEditores, 1999.
7. Mangel A. **Lendo Imagens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
8. Ornstein S. **Avaliação Pós-Ocupação de edifícios de interesse social**. [Relatório técnico]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1990. (Normas a ABNT).
9. _____. Pós-ocupação: o projeto a serviço da satisfação. [Depoimento]. São Paulo, 2002. ABD Newsletter 9(11): 2. nov/2002.
10. Rybczynski W. **Casa: pequena história de uma idéia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
11. Santos CNF dos e Vogel A (coords). **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. São Paulo: Projeto, 1985.
12. Santos MCL dos. A recuperação de áreas degradadas (brownfields) e a justiça ambiental. **Desafios ambientais para o século XXI: construindo cidades com qualidade de vida. Resumo São Paulo**. Estação Palavra, 1999.
13. _____. Vidas embrulhadas: sem teto de Los Angeles, São Paulo e Tóquio dão novas funções aos materiais descartados pela sociedade de consumo. **Notícias FAPESP** n. 45 p. 28-30, 1999.
14. _____. A embalagem vital. Produtos descartados, design e os sem teto nas cidades globais: são Paulo, Los Angeles e Tóquio. **Estudos em Design** 7(2): 41-53, 1999.
15. _____. Design, homelessness and global cities. **ICSIDnews** n.4, 1998.
16. _____. **Inclusão social e produção do conhecimento**. Ciência e inclusão social. São Paulo: Margem/Estação Ciência, 2002.
17. _____. **O descarte do design: o manejo dos resíduos sólidos em áreas urbanas e o catador de recicláveis**. [Tese de livre-docência]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 2003.
18. Silva KP. **Hospital, espaço arquitetônico e território**. [Tese de doutorado]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1999.
19. Souza MAA de e col. (orgs). **Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: CEDESP, 1999.
20. Vasconcellos MPC. **Os (des) caminhos da formação sanitária e os direitos sociais: uma reflexão a partir da Escola de Saúde de**

Minas Gerais. [Tese de Doutorado]. Faculdade de Saúde Pública da USP, 2000.

21. Zaluar A. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

Anexo A. Termos de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO

A Associação Evangélica Projeto Raízes, a qual está vinculada ao Núcleo de Serviços e Convivência Projeto Integrarte, autoriza a pesquisa, para fins acadêmicos, referente à dissertação, para obtenção do título de mestre na área de concentração em Saúde Materno-Infantil, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, da aluna Beatriz Helena Bueno Brandão.

Autorizamos a utilização dos dados pesquisados, assim como de material gráfico e fotográfico produzido para os fins acima expostos, desde que os mesmos sejam tratados com absoluto respeito.

São Paulo, 04 de junho de 2004.

Associação Evangélica Projeto Raízes

CNPJ 73.937.625/0001-58

aluna - Beatriz Helena Bueno Brandão - tel (011) 38681506

73 937 625 / 0001 - 58
SOCIEDADE EVANGÉLICA
PROJETO RAIZES
R. Prof. Ciridão Buarque, 76
Vila Anglo - CEP 05028-000
SÃO PAULO - SP

Anexo - Termo de Consentimento Esclarecido

Conforme o requerimento interno do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (1997) e a resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde (1996)

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, Rita de Cássia dos Anjos Ono
RG nº 10370815-7 aceito participar da entrevista para fins acadêmicos referente ao estudo preliminar de pesquisa para obtenção do título de mestre na área de concentração em Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Autorizo a utilização dos dados por mim voluntariamente informados, assim como de material fotográfico produzido para os fins acima expostos, e desde que os mesmos sejam tratados com absoluto respeito. Fica acordado que terei acesso às informações por mim prestadas e poderei desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

São Paulo, 04 de junho de 2004.

Rita Ono
Assinatura

Beatriz Helena Bueno Brandão
aluna – Beatriz Helena Bueno Brandão – tel (011) 38681506

Anexo - Termo de Consentimento Esclarecido

Conforme o requerimento interno do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (1997) e a resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde (1996)

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, MARIA DIVA DA JOAQUIM

RG nº 10.836.399 aceito participar da entrevista para fins acadêmicos referente ao estudo preliminar de pesquisa para obtenção do título de mestre na área de concentração em Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Autorizo a utilização dos dados por mim voluntariamente informados, assim como de material fotográfico produzido para os fins acima expostos, e desde que os mesmos sejam tratados com absoluto respeito. Fica acordado que terei acesso às informações por mim prestadas e poderei desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

São Paulo, 04 de junho de 2004.

Maria Diva da Joaquim
Assinatura

Beatriz Helena Bueno Brandão
aluna – Beatriz Helena Bueno Brandão – tel (011) 38681506

Anexo - Termo de Consentimento Esclarecido

Conforme o requerimento interno do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (1997) e a resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde (1996)

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, RUBIJA APARECIDO DA SILVA

RG nº 15.695.195 aceito participar da entrevista para fins acadêmicos referente ao estudo preliminar de pesquisa para obtenção do título de mestre na área de concentração em Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Autorizo a utilização dos dados por mim voluntariamente informados, assim como de material fotográfico produzido para os fins acima expostos, e desde que os mesmos sejam tratados com absoluto respeito. Fica acordado que terei acesso às informações por mim prestadas e poderei desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

São Paulo, 04 de junho de 2004.

Assinatura

aluna – Beatriz Helena Bueno Brandão – tel (011) 38681506

Anexo - Termo de Consentimento Esclarecido

Conforme o requerimento interno do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (1997) e a resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde (1996)

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO

RG nº 30.875.992-8 aceito participar da entrevista para fins acadêmicos referente ao estudo preliminar de pesquisa para obtenção do título de mestre na área de concentração em Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Autorizo a utilização dos dados por mim voluntariamente informados, assim como de material fotográfico produzido para os fins acima expostos, e desde que os mesmos sejam tratados com absoluto respeito. Fica acordado que terei acesso às informações por mim prestadas e poderei desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

São Paulo, _____ de _____ de 2004.

Maria José da Conceição

Assinatura

Beatriz Helena Bueno Brandão
aluna – Beatriz Helena Bueno Brandão – tel (011) 38681506

Anexo - Termo de Consentimento Esclarecido

Conforme o requerimento interno do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (1997) e a resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde (1996)

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, MARIA ANGELA DO CARMO JESUS

RG nº 13.130.890 - 7 aceito participar da entrevista para fins acadêmicos referente ao estudo preliminar de pesquisa para obtenção do título de mestre na área de concentração em Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Autorizo a utilização dos dados por mim voluntariamente informados, assim como de material fotográfico produzido para os fins acima expostos, e desde que os mesmos sejam tratados com absoluto respeito. Fica acordado que terei acesso às informações por mim prestadas e poderei desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

São Paulo, _____ de _____ de 2004.

Maria Angela do Carmo Jesus
Assinatura

Beatriz Helena Bueno Brandão
aluna – Beatriz Helena Bueno Brandão – tel (011) 38681506

Anexo - Termo de Consentimento Esclarecido

Conforme o requerimento interno do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (1997) e a resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde (1996)

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, NEIDE RIBEIRO DE SOUZA

RG nº 24.907.627-5 aceito participar da entrevista para fins acadêmicos referente ao estudo preliminar de pesquisa para obtenção do título de mestre na área de concentração em Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Autorizo a utilização dos dados por mim voluntariamente informados, assim como de material fotográfico produzido para os fins acima expostos, e desde que os mesmos sejam tratados com absoluto respeito. Fica acordado que terei acesso às informações por mim prestadas e poderei desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

São Paulo, _____ de _____ de 2004.

Neide Ribeiro de Souza

Assinatura

Beatriz Helena Bueno Brandão
aluna – Beatriz Helena Bueno Brandão – tel (011) 38681506

Anexo - Termo de Consentimento Esclarecido

Conforme o requerimento interno do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (1997) e a resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde (1996)

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, JOSENIJA ROSA DE OLIVEIRA AMBROSIO
RG nº 7.903.109 aceito participar da entrevista para fins acadêmicos referente ao estudo preliminar de pesquisa para obtenção do título de mestre na área de concentração em Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Autorizo a utilização dos dados por mim voluntariamente informados, assim como de material fotográfico produzido para os fins acima expostos, e desde que os mesmos sejam tratados com absoluto respeito. Fica acordado que terei acesso às informações por mim prestadas e poderei desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

São Paulo, _____ de _____ de 2004.

Assinatura

aluna – Beatriz Helena Bueno Brandão – tel (011) 38681506

Anexo B. Roteiro de Entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Qual sua função/ cargo no CC? Qual seu horário de trabalho?
2. Como foi o início do Projeto Integrarte?
3. Há quanto tempo está sediado na Vila Anglo e por que neste lugar?
4. Como os vizinhos reagem à convivência com os moradores de rua?
5. O edifício foi utilizado com outra função antes de ser CC?
6. Quais as condições em que se encontrava o edifício para ser ocupado por um CC?
7. Quais as referências (modelo) para a implantação de um CC?
8. A localização interfere no funcionamento de um CC? Por que e para quem?
9. Como é o funcionamento do CC? (horários, serviços oferecidos, nº de pessoas atendidas, frequência: origem –destino, recursos físicos e recursos econômicos)
10. Qual o perfil do usuário? (faixa etária, gênero, grau de instrução e grau profissional)
11. Quantas pessoas trabalham no local? O trabalho é voluntário? Como é o relacionamento dos funcionários com os usuários? Os usuários criam vínculos com a instituição?
12. Como você (funcionário) se sente trabalhando aqui? Todos os funcionários são da mesma comunidade religiosa?
13. Há funcionários portadores de necessidades especiais? E usuários?
14. Os usuários participam da manutenção e/ou limpeza do edifício? Como?
15. Quais obras (construções novas ou reformas) foram feitas no edifício? Foi feito projeto por algum profissional habilitado?
16. Essas obras alteraram o funcionamento do CC? De que maneira?
17. Há necessidade de outras obras/intervenções?
18. É feita manutenção no edifício? De quanto em quanto tempo? Quem faz?
19. Qual a periodicidade da renovação do convênio com a PMSP?
20. Qual é, em termos percentuais, a participação financeira da PMSP? E da comunidade religiosa?
21. Quais são as principais reclamações dos usuários?
22. Quais são as reivindicações que eles fazem e vocês não têm condições de atender?

Anexo C. Transcrição das Entrevistas

ENTREVISTA COM RITA DE CÁSSIA DOS ANJOS ONO E MARIA DIVA ODA JOAQUIM

Realizada em abril de 2004.

BEATRIZ - Qual a função ou cargo aqui no centro de convivência de vocês?

- É que a gente troca tudo, mas, eu sou a Rita coordenadora.

- Eu sou a Diva auxiliar de coordenação.

BEATRIZ - Qual é o horário de trabalho de vocês duas?

- Das oito às dezessete.

BEATRIZ - Nos finais de semana?

- Tem uma outra equipe que assume, mas, a gente é responsável por ela.

BEATRIZ - Quando foi o início do projeto Integrarte?

- O projeto começou, assim, com a vontade dos membros da igreja de estarem fazendo alguma coisa por essas pessoas que moravam na região da Pompéia aqui embaixo do viaduto, de estar cuidando e levando a palavra de Deus para elas também. Então, era feito sopa e, o pessoal levava de carro embaixo do viaduto e ali conversava com eles, orava por eles, e aí foi assim até que um dia também eles viram que além de ser perigoso, arriscado ir até o local, eles perceberam a necessidade de estar levando essas pessoas para nossa sede para poder cuidar do físico também. Tomar um banho, cortar cabelo, trocar de roupa. Então, começou assim.

BEATRIZ - E a sede fica próxima?

- Era na nossa igreja que é aqui no mesmo bairro. Aí esse número foi aumentando, o número de usuários foi aumentando mais no boca a boca mesmo de um contar para o outro e, devagar eles vieram se achegando. Tomaram confiança, porque são pessoas muito desconfiadas. Então, até criar um vínculo, assim, é muito difícil. Então, foi no boca a boca, um falando para o outro e, esse número foi aumentando e aí viu-se a necessidade de um local maior porque a igreja já não estava mais comportando as pessoas que iam lá. Era um banheiro só para todo mundo tomar banho.

BEATRIZ - Tinha um horário determinado?

- No início era uma vez por semana que eles iam. Depois quando trouxeram para a igreja também uma vez por semana. Depois aos poucos eu acho que foi aumentando, duas vezes e aí viu-se a necessidade mesmo de um local maior para poder

atender, fazer um atendimento mais digno no local. E aí foram atrás de um local e, como esse local aqui estava desocupado, a igreja que funcionava aqui já tinha mudado e, aí foi no início uma parceria. A igreja daqui que é a Batista do Sumaré cedia o espaço e, a gente vinha com o trabalho, com a mão de obra, com os voluntários todos.

BEATRIZ - Há quanto tempo o Integrarte está empregado aqui na Vila Anglo?

- Oito anos. Aproximadamente oito anos.

BEATRIZ - E foi escolhido o lugar por conta dessa disponibilidade?

- Por conta do bairro mesmo. Seria melhor nesse bairro, nessa região e, também a facilidade que foi uma parceria entre igrejas.

BEATRIZ - Como os vizinhos reagem à convivência com os moradores de rua?

- No começo foi pior. Muito pior. Foi uma reação muito dura, mas, a gente sempre tentou tomar uma reação mais pacífica. Reclamam que não pode sentar na calçada deles. A gente vai e pede para o pessoal não sentar mais. Não querem que estacione na frente da casa deles. A gente tira o carro. Então, a gente procura sempre não entrar em conflito. Sempre quando eles reclamam do barulho na rua, a gente fala que aqui não é para fazer barulho na rua porque a vizinhança está achando ruim. Já teve mais de três abaixo assinados para tirar a gente.

- Fora os telefonemas mesmo da secretaria de assistência social que funcionava aqui na Lapa. Vira e mexe o vizinho ligava para lá para a prefeitura para reclamar da gente, do trabalho.

- Agora, hoje está mais tranquilo. Hoje já não tem tanta queixa. Quando acontece alguma coisa eles já vem direto aqui no monitor. Foi engraçado que a última queixa que fizeram da casa, eles reclamavam que o pessoal de final de semana chegava muito cedo e ficava conversando e batendo latinha. E como é a prefeitura que recebe a reclamação, eles falavam: Que queixa mais vocês têm da casa? Não, os funcionários são ótimos, o pessoal lá é maravilhoso. Os monitores até ajudam a gente. Quem ouviu falou assim: Então, é uma situação esporádica. Não é uma coisa que acontece todo dia.

- A gente sabe que não é agradável, é lógico que não é agradável você sair da sua casa e na sua porta, na sua rua ter uma pessoa caída ali ou, alcoolizada ou, até não e, mesmo um trabalho desse na sua rua a gente sabe que é complicado, que é difícil, mas, a gente procura, assim, não causar transtorno ou, causar o mínimo de transtorno possível para a vizinhança em si.

BEATRIZ - O edifício aqui foi utilizado com outra função antes de ser o centro de convivência?

- Igreja Batista.

BEATRIZ - E como ele estava? Quais eram as condições que se encontrava o edifício para ser ocupado por vocês?

- A gente ficou, como a equipe só podia vir no final de semana, a gente ficou praticamente o mês de janeiro inteirinho, todo sábado e domingo limpando aqui. Mas, para mudar a gente teve que adaptar os banheiros, não tinha privada suficiente...

BEATRIZ - Mas, isso logo de início?

- Logo de início não tinha. Tinha necessidade de ter no banheiro umas quatro privadas e, só tinha uma para atender cinquenta pessoas. no começo eram seis ou sete chuveiros e, mesmo assim teve que fazer uma instalação apropriada. Teve que falar com a Eletropaulo porque a carga ia aumentar, inclusive, esse foi um dos ofícios que mais emperrou na nossa mudança, porque a Eletropaulo não vinha fazer a ligação para a gente poder ligar os chuveiros e deixar tudo funcionando. Naquela época a gente usava a máquina de lavar roupa, usava a secadora de roupa, porque as toalhas não secavam.

BEATRIZ - E onde é o banheiro já era banheiro?

- Já era banheiro.

- Não. Banheiro virou quando a gente veio para cá. Era um quarto. E aí foi feita a ligação lá dentro.

BEATRIZ - Então, inicialmente Rita a capacidade do centro de convivência era de quantas pessoas?

- A gente veio para cá e, no começo atendia três vezes por semana. Não era todo dia. E quarenta, cinquenta, quando estava cheio eram sessenta pessoas. Mas, conforme foi o boca a boca, foi aumentando. Então, a gente fechou o convênio com a prefeitura, aí aumentou para oitenta, noventa.

BEATRIZ - E atualmente?

- Cento e trinta por dia.

BEATRIZ - Para implantar um centro de convivência, quais são as referências? Que modelo é utilizado?

- Na época a gente fez na raça. Não tinha um modelo a seguir. A gente foi vendo a necessidade do trabalho, o que precisava e foi adaptando. Hoje eu acho que a pre-

feitura exige algumas coisas. Que nem a gente utilizou esse salão grande como um salão de convivência. Então, é o mesmo salão para assistir televisão, que joga, que lê jornal. É tudo junto. Mas, a gente não tem outro espaço. Já tem um local, uma outra casa que eles têm um salão para tevê, um salão para leitura, jogos, alguma atividade que não interfira. Então, fica mais independente. Aqui a gente adaptou tudo. Salão para convivência que a gente já estava utilizando para tudo.

BEATRIZ - Mas, eles conseguem, de certa forma fazer essas atividades de uma forma tranqüila? Quer dizer, dividir esse espaço sem que um interfira na atividade do outro?

- A gente procura dividir por horários. A cada dia tem uma professora diferente para poder usar o mesmo espaço. Mas, se tivessem duas atividades no mesmo dia, no mesmo horário.

BEATRIZ - Mas, e aqui no salão?

- Às vezes de manhã tem atividade aqui. A aula de música é de manhã. Lá em cima nós já tivemos atividade de teatro. Aí era para todos que quisessem participar. Quem não quer vai e não atrapalha.

BEATRIZ - Aquela questão que você falou de ter a localização, a escolha do local onde ele acaba acontecendo interfere no funcionamento?

- Eu acho que sim. No começo a gente não tinha muita gente de longe aqui porque era muito escondido, principalmente à noite. Ficava bem distante do bairro central e onde se acumulavam mais os moradores de rua. Quando a gente mudou para o dia, aumentou a quantidade de pessoas, mas, a gente ainda recebe assim. Tem gente de São Paulo inteiro, mas, é numa quantidade menor porque têm casos na região central que em quinze minutos de aberto já tem que fechar a porta porque já atingiu a capacidade, já está estourando. É complicado. No nosso não. No nosso dá até para ir controlando. A nossa média é cento e vinte. Esse mês a gente fechou em cento e trinta e dois. Passou, mas, dá para contornar.

- Eu acho que influencia também no tipo de público que a gente atende. Porque como na região central tem muito usuário de drogas, muitos menores de idade que fazem uso de drogas ou, até maiores de idade também, acabam não chegando aqui. Então, aqui o pessoal gosta e, eles falam que é por causa do sossego, porque aqui eles se sentem mais seguros. Então, eu acho que influência no tipo de público.

- Por isso o aumento do número de pessoas mais velhas que não pagam a condução, vem de graça até aqui e sabem que aqui eles vão ter um local mais sossegado.

BEATRIZ - Com relação ao funcionamento do centro de convivência em termos de horários, serviços oferecidos. Vocês já falaram o número de pessoas atendidas. Essa questão de origem e destino, quer dizer, de onde eles se deslocam para virem para cá. A questão de recursos físicos, quer dizer, o que o espaço oferece para eles.

- Horários. A gente começa atender a partir das oito horas. Oito e quinze a gente está abrindo a casa. A entrada é até as dez horas mais ou menos ou, até lotar. Lotar que a gente diz, assim, o convênio é para cento e vinte, mas, sempre acaba estourando. Não tem jeito. Então, entra as oito. Nove horas mais ou menos, nove e meia é servido um café. Quem vai tomar banho logo na entrada já tem uma primeira triagem que os monitores já sabem quem vai tomar banho e quem não vai. Então, já vão chamando e os primeiros já vão descendo. Quem vai lavar roupa também. É quinze por dia. Eles lavam. Não sei se está tendo limite de peças agora. Mas, no máximo quinze pessoas por dia. Enquanto isso, uns tomam banho, outros lavam roupas, outros vêm só por causa da comida mesmo, então, acaba chegando até um pouquinho mais tarde. Vem só para comer. Aí têm os jogos lá em cima, alguma atividade lúdica, jornal, televisão, leitura. Um e onze horas mais ou menos têm uma pregação que também não é obrigado assistir. Isso a gente está tendo agora mais diariamente. Antes não tinha. Antes era mais de segunda-feira que tinha essa pregação opcional. Onze e meia eles começam ser chamados para almoçar. Tudo na ordem de chegada. Sempre na ordem de chegada. Depois do almoço, uma hora mais ou menos já terminaram toda atividade do almoço, aí começa a atividade aqui embaixo da convivência. Então, sempre a psicóloga ou, a terapeuta ocupacional, sempre tem um pessoal mais diferenciado que fica com a gente. Aí o atendimento é em menor número.

- De manhã, de segunda e sexta tem duas voluntárias de psicologia da PUC. Estagiárias. De segunda e sexta nós também temos a alfabetização. Voluntárias. Então, assim, quando precisa atender, quando alguém quer conversar com elas atende na sala e, a professora usa a convivência para alfabetização. De terça e quinta, isso no período da manhã, a gente tem música, coral, violão com uma professora contratada. E às quartas-feiras a gente ficou com o dia livre, mas, quando tem alguma palestra, alguma atividade de saúde, a gente encaixa na parte da manhã.

- É. A quarta-feira fica reservada para isso.
- E hoje a gente está tendo uma voluntária do posto de saúde que está fazendo palestras.
- Oficina de sexo seguro, ela chama.
- E também a gente tem feito nesse último mês, a gente tem feito exame de tuberculose para todos os que se achavam suspeitos e, o de HIV num outro dia. Só para exame de HIV, hepatite e, sífilis. E também para todos que quisessem. Aí deu quarenta e quatro pessoas.

BEATRIZ - E quanto à origem deles? De onde eles vêm normalmente? O que vocês observam?

- Muitos, assim, eu acho que mais da região central mesmo, que saem de albergues da região central. Tem gente que vem do Brás, lá de Belém. Tem gente que vem da região da Paulista. Ali já fica na rua mesmo. Outros que vêm dos albergues. Eu acho que são poucos, não são muitos, mas, vêm também.

BEATRIZ - porque normalmente os albergues são pernoites e só? De manhã eles não podem permanecer?

- Em alguns pode. Alguns já têm atendimento vinte e quatro horas.
- Mas, eles falam assim que quem usa o serviço do albergue não pode usar o serviço do centro. Então, eles só dormem. Aí o centro de serviço eles vêm usar aqui também. Eu não sei qual é a diferença porque a verba é da prefeitura a mesma coisa.
- É para não deixar o cara vinte e quatro horas lá dentro. Têm uns que eu acho que até precisam e, eles até abrem exceção.

- Tem que procurar trabalho, fazer um bico. A proposta eu acho que é essa.

BEATRIZ - Qual é o perfil do usuário de vocês? faixa etária. Gênero. Grau de instrução. Profissionalização.

- Perfil do nosso usuário: A maioria está entre dezoito e quarenta e cinco anos. A grande maioria está nessa faixa. Homens. As crianças que vêm aqui a gente só deixa entrar acompanhadas do responsável. E agora a gente está percebendo, assim, o aumento do número de idosos.

BEATRIZ - Mas, o número de crianças é grande ou pequeno?

- Não. Não é significativo não. Então, a maioria eu acho que também vem de fruto do desemprego. A gente percebe que vêm os que já estão há anos nas ruas, e, que gostam dessa vida. Mas, eu acho que a maioria que vem aqui já teve um trabalho,

um emprego. Está sempre atrás de um bico. Quer dizer, não é conformado com essa situação. E, a gente tem percebido que os idosos que vêm também têm uma renda, uma aposentadoria, mas, que é impossível viver com ela. Então, ele está vindo aqui para comer. Gente que mora na região, idosos que moram na região e tem uma casinha e, vem aqui porque a aposentadoria não dá, então, eles vêm comer aqui.

BEATRIZ - Mas, os idosos participam das atividades de convivência ou não?

- Têm muitos que comem aqui, saem daqui e vão para o Sesc.
- Eles saem daqui e vão para lá jogar, ler uma revista. Tirar um cochilo naqueles sofás de lá.
- Tem muito pessoal que vem aqui que a procedência é da Lapa também. Muita gente.
- Eu acho que tem também um pouco daquele desgaste emocional, já é um pouco depressivo. O cara vai perdendo toda credibilidade nele mesmo. Ele se desgasta tanto que não tem mais força para enfrentar nada. Então, para ele não ter mais decepção, ele se acomoda nessa vida. É uma defesa dele mesmo. Ele já sofreu, já perdeu, já se iludiu e, ele já se entrega.
- A maioria também é vítima de alcoolismo. A maioria. Se não era acaba... Não digo nem que vira alcoólatra porque alcoolismo é uma doença, mas, ele acaba bebendo para conseguir suportar essa crueldade que deve ser morar na rua.

BEATRIZ - E quanto à questão profissional? Eles têm formação ou, a maior parte não? Como é que é?

- A maior parte não. Formação não. Eles têm uma profissão. Aprenderam um ofício. A maioria tem e é da construção civil. Eu acho que a grande maioria vem da construção civil mesmo.

BEATRIZ - Quantas pessoas trabalham aqui no local?

- Contratadas onze. E, uma autônoma ligada diretamente a entidades. Nós temos duas profissionais autônomas que antes eram nossas funcionárias e, agora passam a ser da prefeitura que presta um serviço no núcleo. Todas essas pessoas são remuneradas. São quatorze pessoas.

BEATRIZ - Como é o relacionamento dos funcionários com os usuários?

- É muito bom, até porque a maioria dos funcionários que estão aqui já trabalham a bastante tempo aqui com a gente. A gente tem seis anos de convênio. Eu e a Diva estamos desde o início. A cozinheira também. A Ângela veio menos de um ano

depois, então, ela tem cinco anos. A outra tem três anos. O Rubens tem quatro anos e meio. O Rubinho e o Luis entraram juntos. Então, a gente está funcionando com um grupo bem unido onde um segura a barra do outro. E o relacionamento, assim, com os usuários, principalmente os monitores, eles são duros quando tem que ser e, às vezes não tem jeito. Mas, eles até levam na brincadeira para conseguir levar uma situação bem difícil numa boa. Tem um relacionamento mais leve. Não fica àquela coisa: Eu estou tomando conta de vocês.

- Eu mando e vocês obedecem. Não é assim.

BEATRIZ - E essa dureza que você falou é quando um morador de rua chega completamente alcoolizado?

- É. E aí desrespeita alguém aqui dentro, qualquer pessoa. Ou usuário, ou funcionário, ele é colocado para fora.

BEATRIZ - Quando isso acontece tem direito a retornar?

- Não. Dependendo da ocorrência, os monitores dão um crédito. Às vezes não, eles acham que tem que cortar por um mês, por dois meses. Tem que ter porque senão não tem limite.

- Caso de roubo aqui dentro. Bebida aqui dentro. Essas coisas são proibidas.

- Às vezes também, tem tempo que não acontece, mas, de pegar fazendo sexo dentro do banheiro. Então, só quando acontecem essas coisas graves que as pessoas são cortadas.

BEATRIZ - E os usuários criam vínculos com a instituição?

- Criam. Eu acho que 40% criam. 40% circulando.

- Mesmo porque o objetivo dos profissionais que trabalham aqui, da psicóloga, é tentar mesmo criar esse vínculo, fortalecer o vínculo. Criar primeiro e, depois fortalecer.

BEATRIZ - Vocês como funcionárias como é que vocês se sentem trabalhando aqui com essa população?

- Eu gosto muito. No início até com um pouco de medo por achar que eu não tinha capacidade de fazer o que tinha para fazer, não estava preparada. Mas, assim, uma coisa que eu tinha era amor. Eu gostava das pessoas. Nunca tive, assim, preconceito, medo, nojo, nada disso. Eu tinha amor pela pessoa como um todo. Eu queria fazer alguma coisa. Aí aquilo que eu não sabia, eu comecei ir atrás, comecei buscar informação. Eu acho, assim, que a gente sempre tem que estar se informando, buscando sempre coisa nova para aprender. Às vezes as mais antigas têm

idéias. Então, está todo mundo aprendendo a mexer com essa população que muda constantemente. Toda hora tem outro tipo de gente na rua. Mas, é gente. É gente adulta que a gente tem que cuidar. Um trabalho assistencial para essa pessoa se recuperar e voltar à sociedade. Esse é o nosso objetivo. A gente tem vontade, inclusive, de fazer mais.

- Eu, assim, não posso falar porque eu nunca trabalhei com outra coisa. Se eu for falar do trabalho que eu faço hoje, assim, é uma coisa super legal que eu gosto de fazer.

- O trabalho que a gente faz aqui, a gente também representa a nossa entidade como entidade evangélica e, o nosso cargo aqui também é de confiança. Então, eu acho que a gente tem que ter a mesma crença. É aí que está: A nossa entidade, ela é evangélica, representa uma igreja evangélica, então, tem uma linha. Ela começou tudo por causa disso, de levar a palavra de Deus às pessoas. A gente não pode mudar o rumo disso. Então, na psicologia também porque ela muda muito a visão da vida das pessoas. E aí a gente falou: Não precisa ser da nossa denominação, mas, que siga uma linha evangélica coerente, com uma certa coerência. Então, ela é evangélica.

BEATRIZ - Há funcionários portadores de necessidades especiais?

- Tem a Ângela que ela tem uma deficiência física. Tem um efeito físico, mas, não impede ela de trabalhar na função dela. Isso nunca foi um impedimento para mim.

BEATRIZ - E em termos de usuários?

- A gente tem alguns que andam de muletas. Mas, são raros também.

BEATRIZ - Os usuários participam da manutenção e da limpeza do edifício de qual forma?

- Voluntariamente. Eles se candidatam e limpam.

BEATRIZ - Na questão da limpeza. Manutenção não?

- Manutenção eu tenho uma pessoa daqui mesmo que faz a pintura, a parte elétrica. Com tudo ele mexe.

BEATRIZ - E o número de usuários no final de semana?

- É o mesmo.

BEATRIZ - Quais obras, tanto construções novas como reformas foram feitas no edifício?

- Só reformamos o banheiro.

BEATRIZ - E isso foi feito por um profissional?

- Foi. A parte elétrica também uma equipe profissional.

BEATRIZ - Essas obras alteraram o funcionamento do centro de qual maneira?

- Durante a obra? Nós não paramos nem durante a obra. Mas, como são dois banheiros, a gente combinou com o engenheiro de ele primeiro fazer o banheiro das mulheres. Nós abrimos a casa com obra, com pedreiro, com entulho, com tudo.

- Ele reclamou um pouquinho porque ele falou que quebra o andamento da obra. Mas, também não podia parar.

- Mas, também ia quebrar o andamento do funcionamento. Já pensou ficar sem banheiro aqui? De jeito nenhum.

- Primeiro eles fizeram o banheiro das mulheres. Depois eles partiram para o banheiro dos homens. Não dava para lavar roupa nesse período, a gente teve que ficar aqui embaixo. Mas, nós fizemos a obra sem fechar a casa.

BEATRIZ - E há necessidade de outras obras?

- Muitas. Há necessidade de se fazer uma reforma no refeitório. Colocar um piso de cerâmica na cozinha, no refeitório. Azulejar a cozinha. Trocar o piso do salão. Tem muita coisa para se fazer aqui.

- Telhado.

BEATRIZ - É feita manutenção no edifício de quanto em quanto tempo? E quem faz?

- De seis em seis meses a gente costuma dar uma pintada geral. Limpa bem. A gente pinta sempre para não ter que fazer uma grande obra de pintura porque dá muito mais gasto. A gente vai mantendo a pintura e quem faz é o Jamenson que é quem faz tudo aqui dentro.

BEATRIZ - Tem uma supervisão, por exemplo, da prefeitura?

- Nada disso. A gente que faz, por exemplo, limpeza mesmo, pinta de seis em seis meses para poder manter a casa em ordem. A caixa d'água ele limpa de seis em seis meses. Também a gente limpa porque são três caixas d'água. A gente faz a limpeza das caixas d'água também e dedetiza de seis em seis meses. A gente faz tanto a dedetização com líquido como a gente chama a prefeitura para fazer desratização com pedras para a gente não correr riscos.

- Teve uma época que tinha um rato aqui. Que pavor. Que trabalho que deu.

- Mas, aí a gente chamou a prefeitura, eles colocaram o remédio e, o raro sumiu. Nunca mais.

BEATRIZ - Qual é a periodicidade de renovação desse convênio com a prefeitura?

- Era uma vez por ano. Agora é de dois anos.

BEATRIZ - Isso é favorável?

- Do ponto de vista burocrático é favorável, porque cada vez que vai renovar eles pedem um monte de coisas. Te exigem um monte de coisas, de papeladas, é uma parte burocrática muito chata. Mas, é a hora que você adapta algumas coisas. Principalmente as financeiras.

BEATRIZ - Em termos percentuais qual é a participação financeira da prefeitura e da comunidade religiosa?

- 75% da prefeitura e 25% igreja.

BEATRIZ - Quais são as principais reclamações dos usuários daqui?

- Daqui, para nós eles nunca reclamam.

- Chega mais para eles que estão na linha de frente do que para nós. Sinceramente eu não sei.

- Quando reclamam é porque questão de injustiça, porque se acham injustiçados. Quando reclamam. É mais nessa linha da injustiça. Para nós não chega muito não. Chega mais aos monitores.

BEATRIZ - Quais são as reivindicações que eles fazem que vocês não têm condições de atender?

- Moradia e trabalho.

- Trabalho de carteira assinada ou não. Não importa.

- Encaminhamento de saúde a gente até dá um jeito. Mas, muitos vêm pedir, assim, se tem dentista, se tem um médico. Porque antes tinham os profissionais desses serviços aqui, então, de vez em quando eles vem aqui perguntar se vai ter dentista de novo.

BEATRIZ - Quando a gente falou da questão da participação e das obras, essa questão das reivindicações, como vocês vêm, por exemplo, essas obras, essas intervenções que vocês têm ainda necessidades de realizar no espaço? Como vocês vêm à participação dos usuários no sentido de eles se colocarem, de eles opinarem como é que gostariam, como é que precisariam? Como é essa relação para vocês?

- Aqui nunca aconteceu isso.

- Com relação a esse tipo de decisão, eu acho que a gente nunca...

- Porque a pintura a gente faz assim: A gente escolhe uma cor neutra, uma cor leve para não ficar uma coisa tão pesada. Se for um piso que a gente quer trocar também tem que pensar que seja antiderrapante.

- Além da parte funcional, a parte financeira também.

BEATRIZ - Agora, de todo jeito mesmo que eles não sejam consultados vocês estão pensando nas melhores condições. No que é possível fazer de melhor para atendê-los?

- Melhor atendê-los.

- A gente hoje está com um problema simples e não é, que é o corrimão. A gente quer colocar corrimão na escada. Porque a gente pensa mais na segurança, num lugar agradável para eles ficarem. Assim, sempre pensando no bem estar deles.

- Você perguntou se a gente já abriu, assim, para ouvir a opinião deles. Nós nunca fizemos. Talvez até seja interessante.

BEATRIZ - Respondidas essas questões que foram formuladas, vocês têm alguma questão ainda que gostariam de comentar, alguma sugestão?

- Então, eu acho que toda casa de serviço e um núcleo de albergue deveria ter um espaço reservado para a área de saúde. Deveria ter um consultório, mas, com um profissional de saúde.

- Um ambulatório.

- Um enfermeiro, um médico para essas necessidades que eles têm. Muitos chegam doentes. A maioria com problema de pele. É muito enfermidade. Às vezes são coisas que um enfermeiro mesmo resolveria. Administrar um remédio.

BEATRIZ - E que eles acabam pedindo esses medicamentos a vocês?

- É. E mesmo um curativo a gente acaba fazendo.

- Outra necessidade é com guarda-volumes. A gente tem até alguns armários aqui na entrada onde eles deixam algumas coisas, mas, não está fechado com chave, nada disso. Seria bom eles terem um local, um armário onde eles pudessem guardar os pertences, as coisas deles. E aqui a gente não tem. A gente tem dois armários aí. Independente disso, a gente tem um arquivo só para guardar documentos para também eles não terem que ficar andando com documentos, perderem ou, roubarem. Mas, o guarda-volumes é uma necessidade bem grande para essa população.

BEATRIZ - E isso no período em que eles estão fazendo alguma coisa aqui?

- Não. Eles precisariam de um guarda volumes para guardar as coisas mesmo. Para não ficar andando durante o dia com a mochila que eles chamam de galo. Eles carregam a casa nas costas, a gente costuma falar. Tudo está lá.

BEATRIZ - E aí eles andariam com um volume menor?

- É. Porque se ele dorme no albergue, enquanto ele está dormindo, ele pode estar guardando as coisas dele. É a mesma coisa aqui, ele fica aqui durante o dia e, quando acaba o horário, ele tem que pegar as coisas dele e ir embora. E se ele dorme na rua, ele tem que dormir com essas coisas. A necessidade deles é ter um lugar para guardar essas coisas.

BEATRIZ - Algo mais que vocês lembrem de necessidades?

- Aqui a gente tem a necessidade de mais tanques para eles lavarem as roupas. A gente não tem máquina, nada disso. Então, para o nosso local aqui a necessidade seria de ter mais tanque.

BEATRIZ - Vocês já tiveram lavagem de toalhas e, tinham máquina e secadora. E agora como é feito isso?

- A gente começou a ver essa necessidade porque a gente começou a perceber muito problema de pele neles. E até de piolho e, de muquirana que é um tipo de pulga, de piolho. Quando a pessoa está muito suja, a roupa está muito suja, ou, de dormir na rua, na grama, não sei, ele fica escondidinho nas dobrinhas das roupas e fica sugando. E de vez em quando a gente via isso nas toalhas apesar de ter lavado tudo.

BEATRIZ - Tipo um carrapato?

- É. Tinha que jogar vinagre dentro da máquina e, mesmo assim a gente via. Aí uma pessoa de uma outra instituição comentou que usava toalha descartável. Aí nós fomos atrás, fomos pesquisar o que seria melhor. Tipo de papel para a gente usar. A gente nunca tinha ouvido falar nisso, então, a gente pensou no papel lençol que é esse que estende na maca do médico. E aí deu certo. A gente dá dois metros e pouco para cada um e, eles até acharam melhor.

- Quando a gente começou aqui que era uma outra equipe de trabalho, então, na melhor das boas intenções, com todo amor do mundo, se fazia um kit com metade de uma garrafa de coca-cola e se colocava tudo bonitinho com etiqueta o nome da pessoa, o sabonete dele, um prestobarba, uma pasta, uma escova e, um pedaço de bucha para enxugar. Até ali atrás o nome era a sala dos kits. Só que a circulação é

muito grande, então, às vezes vinha um cara uma vez só, usava e aquele kit ficava lá parado. Então, ficava uma coisa perdida.

- Fora o gasto com água e luz.

- E as toalhas, assim: Imagine setenta pessoas tomando banho. Então, as toalhas ficavam acumuladas dentro de um balde. Depois ia se lavando numa máquina de lavar roupa e, tinha que terminar todo o trabalho para começar tratar das toalhas. Fora que as toalhas de tanto lavar, porque todo dia tinha que lavar, elas acabavam muito mais rapidamente.

- E quando chovia que as toalhas não secavam?

- A gente enchia o corredor de toalha, fora o cheiro da toalha. Era tanto problema. E fora o custo da água porque era água, sabão, energia elétrica e, a gente jogava vinagre, cândida, para tentar desinfetar. E nem assim a bendita da muquirana não morria.

- Fora à sarna.

- Fora sarna e tudo mais.

- O sabonete como é caro, a gente bolou de cortar o sabonete em quatro pedaços e, ele usa aquele pedaço que é suficiente para um dia e acabou.

- Não é todo sabonete que dá para cortar, então, a gente teve que ir atrás de um sabonete mais molinho.

- É mais ou menos isso daí. Daí o que não corta, não adianta.

- Foi uma grande sacada essa toalha descartável.

- Essa toalha não é barata não. A gente gasta mais de trezentos reais por mês só em toalha descartável. Só que aí a gente economiza na água, na luz, no sabão e, o principal, na higiene, no cheiro do local e, a gente diminuiu muitos casos de sarna. Muquirana é uma ou outra que aparece agora.

- Muquirana não tem jeito. Ela só morre se você estourar ela.

- É tipo um carrapato.

- E é só por Deus mesmo que a gente nunca pegou. Eu acho que a proteção de Deus em cima da gente é muito grande. Mas, essa parte da toalha foi uma troca muito boa. E também a parte da cozinha apesar de a prefeitura falar para a gente usar garfo e faca, a gente serve a comida com colher. Porque? Porque o garfo e a faca é perigoso na hora de uma briga. Primeiro porque eles levam embora mesmo. A gente compra colher vira e mexe porque eles levam embora. A faca é instrumento deles de defesa. Eles pegam uma faca de cozinha, afiam e, vira um punhal. Eu já

cheguei a ver. Tinha uma época que a gente tinha um armário só de punhal que a gente recolhia. Punhal mesmo. Então, a faca é perigosa e, o garfo também.

- Por isso que eles deixam as coisas, se tiver com mala, com mochila, deixa na portaria. Não entra aqui com sacola.

- E aí por mais que o pessoal acha que não é certo, mas, é mais por segurança.

BEATRIZ - E eles aceitam?

- Nunca reclamaram.

- Um ou outro reclama.

- A prefeitura entende que não é digno, não sei como é a palavra, fazer a pessoa comer de colher.

BEATRIZ - Já que vocês falaram dessa questão da refeição...

- Depois de comer cada um lava seu prato e a sua colher. E quando termina tudo a cozinheira joga água fervendo por cima para uma melhor higienização.

- Só que eles lavam direitinho.

BEATRIZ - Qual a sua função ou cargo no centro de convivência?

- Eu sou agente educador.

BEATRIZ - Seu horário de trabalho?

- Meu horário é das oito às dezessete.

BEATRIZ - Qual é o perfil do usuário aqui do projeto Integrarte em termos de idade, se tem mais homem do que mulher, grau de instrução, se eles têm profissão definida.

- A maioria é homem. E uma minoria tem um nível, assim, de ensino legal. Superior ou segundo grau. Mas, a maioria é semi-analfabeto mesmo. Têm até uns que não tem instrução nenhuma.

BEATRIZ - E, inclusive, aprendem aqui?

- Aprendem aqui.

BEATRIZ - E profissão? Eles têm uma profissão definida ou sempre viveram de bico?

- Têm uns que são professores, como já chegou o caso aqui para nós. Advogados. Fotógrafos profissionais.

BEATRIZ - Que se tornou morador de rua?

- Devido a drogas, bebidas. Viajou o mundo todo. Profissional mesmo. Advogado que tinha uma vida boa e, entrou na droga e foi perdendo. Comerciantes. Muitas

peças também de funções importantes em bancos em nível de gerência. Metalurgia. Já trabalhou em grandes montadoras. Muitas pessoas, assim, com esse nível também.

BEATRIZ - Das pessoas que trabalham aqui no local o trabalho é voluntário? Você não é funcionário, você não presta serviço voluntário aqui?

- Não. Eu sou funcionário mesmo.

BEATRIZ - Os usuários criam vínculos? Como é esse relacionamento dos usuários com os funcionários?

- Esse relacionamento é um relacionamento de amizade mesmo, porque com o tempo não tem como a gente não ter essa afinidade. Eles vêm à casa, começam gostar do nosso trabalho e, o tratamento que a gente dá também. Então, eles vão se afeiçoando à gente e nós neles também e acaba ficando amigos até, ajudando no que for possível.

BEATRIZ - Você como funcionário, como você se sente trabalhando aqui?

- Eu me sinto, assim, privilegiado, porque eu mudei totalmente a minha visão de vida do propósito que eu tinha antes de objetivo de vida. E através desse lugar aqui eu aprendi bastante.

BEATRIZ - Você antes trabalhava com outra coisa?

- Com outra coisa. Só que eu aprendi muitas coisas, assim, que hoje em dia eu uso para a minha vida. E Deus me abriu os olhos para ver o que eu tinha e que as pessoas não tinham. E, eu às vezes não enxergava o que eu tinha.

BEATRIZ - E agora você valoriza mais?

- Valorizo bem mais. E, muitas coisas que tinha muita importância para mim e, hoje em dia não tem importância nenhuma. Não é mais prioridade.

BEATRIZ - Você é da mesma comunidade religiosa?

- Não. Eu sou de outra comunidade. Eu venho de outro ministério.

BEATRIZ - Mas, também pertence aos evangélicos?

- Pertença.

BEATRIZ - Os usuários participam da manutenção e da limpeza do edifício?

- Participam.

BEATRIZ - E são vocês que solicitam, vocês que escolhem? Como é que isso funciona?

- Funciona, assim, que na realidade eles não têm obrigações nenhuma de fazer essa parte aqui no projeto.

ENTREVISTA COM RUBENS APARECIDO DA SILVA

Realizada em maio de 2004.

BEATRIZ - Qual é a sua função ou cargo aqui na casa de convivência?

- Agente educador.

BEATRIZ - E o horário de trabalho?

- Das oito às dezessete.

BEATRIZ - Há quanto tempo você trabalha no projeto Integrarte?

- Vai fazer cinco anos.

BEATRIZ - Como é que os vizinhos reagem à convivência com os moradores de rua?

- Uns gostam, até ajudam, trazem doações e, outros são contra. Mas, os que são contra são a minoria. A maioria é a favor do projeto, acha legal o trabalho e tudo.

BEATRIZ - Mas, não costuma acontecer conflitos entre os moradores aqui do bairro e os moradores de rua?

- Aconteceu poucas vezes, mas, aí o vizinho daí da frente veio a falecer, aí acabaram os problemas.

BEATRIZ - Na sua opinião a localização interfere no funcionamento aqui da casa de convivência?

- Eu acredito que não.

BEATRIZ - Qual é o perfil do usuário? Faixa etária. São mais homens?

- A maioria é homem e, a faixa varia muito. Vai dos dezoito até os oitenta.

BEATRIZ - Mas, a grande maioria que idade tem?

- Quarenta anos.

BEATRIZ - E, eles têm instrução? Eles têm profissão?

- A maioria não.

BEATRIZ - O seu trabalho não é voluntário. Você é contratado?

- Eu sou contratado.

BEATRIZ - Da prefeitura?

- Isso.

BEATRIZ - Na sua opinião os usuários criam vínculos com a casa?

- Criam.

BEATRIZ - De que maneira? Porque eles gostam da comida? O que você acha que faz com que eles voltem?

- Uma é a comida. Eles falam que a comida é muito boa, a refeição e, os demais falam que são bem tratados aqui. A forma como nós tratamos eles. Geralmente nós tratamos como pessoas mesmo. Não tem aquela de que nós somos autoridade e você o cara que veio aqui pedir um favor. Não. Ele é bem recebido e, ele se sente bem acolhido porque nós conversamos. Inclusive, a gente cria vínculos e se torna até amigos mesmo. Então, eles pegam uma confiança na gente. E outra também, porque eles acham que aqui é bem organizado. As pessoas aqui, umas respeitam as outras, diferente de outros lugares que você vê por aí que tem muita briga. Tem que ter organização.

BEATRIZ - Aqui quase nunca tem briga?

- É muito difícil. Mas, assim que tem a gente já separa. Brigou é cortado automaticamente. Mas, também a gente faz uma avaliação para ver quem está certo, quem está errado.

BEATRIZ - E você tem problemas, por exemplo... Porque eles têm horários para fazer cada atividade. E tem problema em fazer com que eles cumpram esses horários?

- Tem problemas.

BEATRIZ - Porque eles não querem seguir horários, é isso?

- Eles não querem seguir as normas. Os horários. Demorou bastante, mas, conseguimos acertar.

BEATRIZ - Então, eles perceberam a importância disso?

- Perceberam porque eles já viram que é um meio também de eles terem responsabilidades. Um compromisso como todo mundo tem. Nós temos nossos horários. Eu tenho meu horário. E a norma é essa: O horário de vocês é oito horas, oito e meia e, horário de entrada é até as onze horas. E só entra, no caso, quem tiver problema médico ou, em relação a isso daí. Mas, hoje em dia eu digo assim, em relação da chegada é muito difícil porque a gente tem um limite de pessoas para atender na casa. o limite é cento e vinte por dia. Só que às vezes dá dez e meia, onze horas e não atingiu isso. Tem noventa pessoas. então, a gente releva e deixa completar o restante que falta. Dependendo do horário, até meio dia e meia mais ou menos.

BEATRIZ - E para banho e lavagem de roupa também funciona?

- Banho não. Banho é até dez e meia. Isso é rigoroso mesmo, porque senão é muito gasto.

BEATRIZ - Quem entra até esse horário é que pode lavar? Como é que funciona?

- É, porque senão também atrasa o nosso trabalho aqui. A lavagem de roupa é segunda, quarta e sexta. A gente abre oito e meia a casa, então, vê se chega cedo para lavar cedo, porque é quatro peças por pessoa e é muita gente.

BEATRIZ - Quatro peças por pessoa?

- É. A gente não tem espaço para estar lavando, assim, muita roupa. É uma coisa que tem que ser rápida. Quatro peças no mínimo.

BEATRIZ - Agora, eles têm muitas peças?

- Tem. Bastante.

BEATRIZ - Quer dizer, sempre fica faltando, na verdade?

- Sempre fica faltando.

BEATRIZ - Então, quer dizer, se a casa tivesse mais tanques para lavagem...

- No mínimo mais uns três tanques.

BEATRIZ - Facilitaria o trabalho para vocês e para eles?

- Facilitaria bastante.

BEATRIZ - Quais são as principais reclamações que eles fazem para vocês educadores? Se fazem ou não fazem.

- Eles reclamam de tudo. Têm uns que nunca estão contentes com nada. Reclamam da comida, reclamam do horário, reclama do jogo, reclama que a entidade não ajuda como poderia ajudar. Mas, não é bem assim também. Tem nossos limites. A gente faz aquilo que está dentro das nossas possibilidades.

BEATRIZ - Agora, esses que reclamam são os que vêm com frequência?

- Com frequência. Reclamam, mas, sempre estão aqui.

BEATRIZ - E quais os pedidos que eles fazem que não dá para atender? Que não tem condições de atender?

- Falta de médico, falta de dentista. É isso que eles mais reclamam.

BEATRIZ - E essa participação deles na manutenção, assim, depois que eles usam, como é? Funciona com uma certa facilidade?

- Tranquilo. A gente não força ninguém. Então, a gente organiza com eles: Vamos manter os papéis e as toalhas nos cestos direitinho para quando o amigo de vocês vier fazer a higiene no local achar mais fácil. Quer dizer, eles estão seguindo essa norma. E a maioria é voluntário mesmo. Nós não temos funcionários para fazer esse tipo de trabalho. Então, a gente chega e fala: Pessoal tem um banheiro para lavar. Quem se habilita a nos ajudar hoje? E se eles não quiserem, normal. Ninguém vai punir por isso e, a gente acaba dando um jeito e faz a gente mesmo. Acaba fazendo. Mas, é difícil não ter uma pessoa para estar fazendo o trabalho.

- Eu acho que era isso que eu tinha para te perguntar. Agradeço a sua participação.

ENTREVISTA COM MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO

Realizada em junho de 2004.

BEATRIZ - Qual é a sua função aqui na casa de convivência?

- Eu sou cozinheira.

BEATRIZ - E o seu horário de trabalho?

- É das oito às dezessete.

BEATRIZ - Os vizinhos costumam conversar com você? Como é que você acha que eles reagem em ter essa vizinhança como moradores de rua?

- Eles não acham muito legal essa casa aqui.

BEATRIZ - Mas, eles chegam a falar isso para vocês?

- Não. Mas, pelo jeito deles dá para a gente perceber que qualquer coisa que acontece na rua eles vêm reclamar aqui na porta. Alguns. Não todos.

BEATRIZ - E como é o seu serviço aqui? Você chega e, o que você faz?

- Eu chego, aí troco de roupa, subo, vou para a cozinha. Aí antes de começar o meu serviço, eu lavo as mãos e, começo. Já está o feijão no fogo caso não colocaram. E começo descascar legumes com elas, depois lavar o arroz. Aí a gente toma café. Depois faço o café deles às nove e meia. Três litros. E daí já começo fazer o almoço. Faço a mistura, carne com legumes, o arroz e, tempero o feijão. Daí eles sobem para almoçar.

BEATRIZ - Vocês mesmas servem?

- É. A Neide fica no arroz, eu no feijão e, a Ângela na mistura. E a dona Eliana fica na salada servindo.

BEATRIZ - E todos pedem tudo o que tem?

- Pedem. Têm uns que muitas vezes comem só um pouquinho, mas, outros comem legal. E é um prato bom, reforçado.

BEATRIZ - E àquele café da manhã que você falou tem pão ou não tem pão? É só o café? Como é que é?

- Às vezes quando chegam doações, a gente dá para eles bolachas ou senão pão. Quando doam para cá.

BEATRIZ - E as pessoas que vêm aqui são mais homens, mais mulheres, mais jovens, mais velhos?

- São mais homens e são mais idosos. De idade.

BEATRIZ - E eles respeitam vocês?

- Respeitam. Têm uns que são meio cri-cri, mas, passam. Têm uns que são legais. Não são todos iguais.

BEATRIZ - E, eles conversam com vocês, eles contam alguma coisa de vida deles?

- Muitas vezes conversam com a gente, outros não conversam. Têm uns que são mais velhos de casa e conversam com a gente. Já têm outros que não conversam com a gente, já ficam, assim, meio com vergonha, cismados.

BEATRIZ - E normalmente eles voltam?

- Sempre. Eles gostam daqui, gostam da comida. Eu até já percebo quando tem algum novato porque todos os dias são aqueles. Quando tem algum novato eu já vejo logo.

BEATRIZ - Já chama atenção?

- Com certeza.

BEATRIZ - Você é funcionária da casa e é contratada? Como é isso?

- É a prefeitura que paga o nosso salário, mas, na nossa carteira está Associação Evangélica.

BEATRIZ - E você é evangélica?

- Não. Não sou.

BEATRIZ - E depois que você cozinha, que você faz o almoço, vocês mesmas que limpam a cozinha?

- É. As meninas lavam as panelas e, eu vou para a cozinha e limpo o fogão, as paredes também. E limpo a cozinha, o chão.

BEATRIZ - E, por exemplo, eles pedem alguma coisa para você? Amanhã faz essa comida.

- Às vezes eles brincam comigo: Amanhã faz um bife a rolé. Faz um bife a cavalo. Faz uma maionese. Aliás, veio uma doação de maionese lá do Pão de Açúcar e a gente fez uma maionese para eles. Adoraram. Macarrão com molho. Quando vem bastante quantidade a gente faz para eles. Eles ficam muito contente.

BEATRIZ - Mas, sempre tem o arroz, o feijão, a salada...

- E a mistura com legumes.

BEATRIZ - Uma carne com legumes?

- É.

BEATRIZ - Então, é uma refeição reforçada, uma refeição boa?

- É. E antes tinha até sobremesa. Agora que não está tendo mais.

BEATRIZ - E tem um pessoal que fica na convivência. Esse pessoal tem alguma coisa além do café da manhã e do almoço?

- Tem o café a tarde e, alguma coisa para comer à tarde. Bolacha. Às vezes tem docinho do Pão de Açúcar. A gente dá café com bolacha e o salgadinho ou para eles comerem aqui ou levar. E, eles têm direito a marmita também para levar. Os que ficam na convivência.

BEATRIZ - E todo mundo sabe disso?

- Eu acho que não. Porque não é muita gente que fica na convivência. Mas, eles vêem eles subindo com as vasilhinhas deles. Só que têm uns que não gostam de ficar aqui a tarde toda. Têm uns que vão para a rua catar latinha, fazer alguma coisa. Só que agora aqui tem as meninas que fazem os trabalhos com eles que é super legal. É muito interessante também que elas vão para a feira e vende. Dá o dinheirinho deles. Não estão aqui em vão. Estão sendo ajudados também.

BEATRIZ - E eles reclamam de alguma coisa?

- Reclamam só quando é ovo de mistura. Dobradinha têm uns que adoram. Outros não. Mas, comem. São contados os que não comem. Sempre tem aqueles que não gostam de uma coisa.

BEATRIZ - E aí quando não gosta o que acontece?

- Come o arroz, o feijão e, a salada.

BEATRIZ - E tem suco, alguma coisa assim para acompanhar?

- Não. Antes quando o sacolão aqui da Pompéia doava frutas e verduras, a gente fazia suco de mamão para eles e servia. Aí só é água, farinha e, o almoço.

BEATRIZ - Então, vocês dependem uma parte de doação?

- É.

BEATRIZ - Muito obrigado. Era isso que eu precisava te perguntar.

ENTREVISTA COM MARIA ANGELA DO CARMO JESUS

Realizada em junho de 2004.

BEATRIZ - Qual é sua função aqui na casa de convivência?

- Auxiliar de cozinha.

BEATRIZ - E qual é o seu horário de trabalho?

- Das sete e meia às quatro e meia.

BEATRIZ - Os vizinhos aqui da casa de convivência conversam com vocês?

- Conversam.

BEATRIZ - E eles reclamam de ter moradores de rua em frente da casa deles?

- Já reclamaram mais. Agora nem tanto.

BEATRIZ - Você acha que eles estão mais acostumados?

- Eu acho que sim. Porque no começo eles reclamavam muito. Agora eles só querem saber, têm curiosidade de saber.

BEATRIZ - Eles vêm aqui de vez em quando só para conhecer?

- Não. Que eu saiba eu nunca vi nenhum deles. Eles perguntam bastante, mas, não vem não.

BEATRIZ - E, você vem todo dia? Você mora aqui perto?

- Moro.

BEATRIZ - E aí como é que você chega e, como é o seu serviço?

- De manhã tem que preparar o almoço, descascar legumes. Lavar salada. Deixar tudo pronto. Na parte da manhã é só isso. É só preparar o almoço mesmo.

BEATRIZ - E daí como é? Vocês fazem a refeição?

- Fazemos.

BEATRIZ - E aí é bagunçado ou é tudo organizadinho? Como é que funcionam? Eles respeitam? Tem uma ordem na fila?

- Tem. é bem organizado. Respeitam. Já estão acostumados também.

BEATRIZ - Quer dizer que eles voltam? Não é gente nova?

- Novatos tem todos os dias. Mas, os da casa estão sempre também.

BEATRIZ - E são mais novatos ou mais da casa que estão?

- Tem uma época que aparece um monte de novos. Tem outra época que não, que é só àqueles mesmos. A gente até estranha. Mas, isso é mais por fase. Mais, assim, fim de ano quando tem alguma festa, aí some tudo e vem um monte de novos porque as outras casas fecham e, essa fica aberta, então, vem bastante. Aí os novatos que vêm ficam também.

BEATRIZ - E são mais homens ou mais mulheres?

- Mais homens.

BEATRIZ - Jovens? Velhos?

- Oscila entre velho e jovem.

BEATRIZ - E criança?

- No começo até que vinha bastante. Agora está vindo bem menos. Aparece uma ou outra.

BEATRIZ - E, eles conversam com vocês?

- Conversam.

BEATRIZ - Mas, assim, com respeito?

- Eu pelo menos nunca tive problema com falta de respeito. Tem é muita reclamação que um quer mais, o outro não quer.

BEATRIZ - Mas, nada de briga?

- Não.

BEATRIZ - Me fala uma coisa: Você teve poliomielite?

- Eu tive.

BEATRIZ - E o fato daqui da casa ter muitas escadas dificulta para você?

- Não, porque eu só subo de manhã e desço à tarde. Mas, não atrapalha não.

BEATRIZ - E quando você vai para casa isso não te atrapalha?

- Não, porque eu moro na mesma rua. Não atrapalha não.

BEATRIZ - Quanto tempo faz que você mora aqui?

- Cinco anos.

BEATRIZ - E você já trabalhava antes nessa função?

- De cozinha eu já trabalhei, mas, nunca num lugar como aqui. Eu não tinha nem noção do que era. É a primeira vez.

BEATRIZ - E quando você veio para cá, você estranhou ou não?

- No começo sim. No começo eu estranhava porque quando eu comecei trabalhar aqui era de noite. Eu trabalhava de dia. Então, de dia só ficava eu, a Jane e a irmã dela. Preparava a janta para eles e aí as voluntárias serviam. A gente não tinha contato. Quando saía só tinha o pessoal da convivência que entrava a uma. Depois eu saí de licença. Quando eu voltei já estava todo mundo aí. Era muito esquisito. Mas, depois sem problema.

BEATRIZ - Vocês é que fazem a limpeza ou eles ajudam em alguma coisa?

- Não. Agora eles ajudam. Antes era só nós.

BEATRIZ - O que eles fazem?

- Limpam o banheiro.

BEATRIZ - Mas, lá na seção da cozinha?

- Na cozinha mais final de semana. Dia de semana é muito difícil. Só dona Irene que ajuda.

BEATRIZ - Nem o que eles usam?

- Eles lavam o prato que eles usam. Só.

BEATRIZ - Depois o resto é vocês que cuidam? Talheres, copos.

- Eles lavam e, depois a gente dá uma revisada porque não dá para confiar.

BEATRIZ - Você é funcionaria da casa ou da prefeitura?

- Da casa.

BEATRIZ - E é da mesma comunidade evangélica?

- É.

BEATRIZ - Eles fazem muita reclamação da comida, de qualquer outra coisa assim? O que você sente em relação a isso?

- Pelo contrário. Às vezes eles elogiam bastante. São poucos que reclamam.

BEATRIZ - E, eles pedem coisas? Tipo: Eu queria que tivesse isso.

- Diferente? Não.

BEATRIZ - Muito obrigado pela sua ajuda.

ENTREVISTA COM NEIDE RIBEIRO DE SOUZA

Realizada em junho de 2004.

BEATRIZ - Você mora aqui perto?

- Moro na Bica.

BEATRIZ - E vem todo dia?

- Todo dia.

BEATRIZ - Onde é a Bica?

- Aqui pertinho. Dá cinco minutos.

BEATRIZ - Então, você é encarregada do café e, você prepara os alimentos para a Jane cozinhar?

- É. Lavo arroz, escolho feijão.

BEATRIZ - E aí são vocês que servem na hora que está tudo pronto?

- É. Onze e meia. A gente serve arroz, feijão, mistura, salada.

BEATRIZ - Tem bagunça nessa hora de servir?

- Às vezes acontecem algumas bagunças, mas, é normal.

BEATRIZ - E eles pedem mais?

- Pedem. Às vezes eles pedem. Mas, não pode repetir.

BEATRIZ - Porque não pode repetir?

- Porque é só um prato que serve para eles.

BEATRIZ - Prato pequeno?

- Prato grande e cheio. Bem cheio.

BEATRIZ - Então, quem pede, pede de gula?

- É.

BEATRIZ - E eles reclama?

- Se eles pedirem e a gente não por mais um pouco eles reclamam.

BEATRIZ - Mas, normalmente eles gostam da comida?

- Gostam. Eles gostam muito da comida daqui.

BEATRIZ - E são mais homens, mais mulheres, velhos, jovens?

- Mais senhores que almoçam aqui. Muito homem. Pouca mulher.

BEATRIZ - Mas, eles conversam com vocês na hora que vocês estão servindo?

- Conversam.

BEATRIZ - Mas, com respeito?

- Com respeito.

BEATRIZ - Você é funcionária aqui da casa? - É.

BEATRIZ - E é da mesma comunidade religiosa ou evangélica?

- Católica.

BEATRIZ - Mas, isso faz diferença?

- Eu respeito qualquer uma religião. Eu gosto do que eu faço aqui.

BEATRIZ - Quanto tempo faz que você trabalha aqui?

- Dois anos agora dia dezessete de julho. Mas, eu gosto do que eu faço. As pessoas são todas simples e, eu gosto de trabalhar com gente assim. Com pessoas simples. Todas as meninas que trabalham comigo, elas são legais.

BEATRIZ - E aí depois como é que fica a questão da limpeza? Vocês é que fazem a limpeza? Eles ajudam ou não ajudam?

- Às vezes ajudam aqui embaixo com os banheiros. Lá em cima sou eu, a Jane e, a Ângela. A dona Irene ajuda limpar o refeitório.

BEATRIZ - A dona Irene é moradora de rua? - É.

BEATRIZ - E ela vem todo dia?

- Ela ajuda a gente todo dia. Se sai alguém de férias, ela fica ajudando.

BEATRIZ - Faz tempo, então, que ela já freqüenta a casa?

- Faz tempo. Quando eu cheguei aqui ela já freqüentava a casa.

BEATRIZ - E, eles pedem alguma coisa? Reclamam? Pedem alguma coisa que vocês não podem fazer, além de mais comida?

- Às vezes eles pedem pimenta.

BEATRIZ - E sempre vocês têm uma pimentinha?

- Não tem para dar. Antes servia, mas, depois tirou.

BEATRIZ - Tem alguma coisa que você acha que podia me contar a respeito deles que eu não tenha perguntado?

- Não.

BEATRIZ - Muito obrigado.

ENTREVISTA COM JOSENITA ROSA DE OLIVEIRA AMBRÓSIO

Realizada em junho de 2004.

BEATRIZ - Qual é a sua função aqui na casa de convivência?

- Eu sou psicóloga.

BEATRIZ - E o seu horário de trabalho?

- Eu trabalho da uma...

BEATRIZ - Todos os dias?

- Não. Três vezes por semana.

BEATRIZ - E como é que funciona esse seu trabalho de psicóloga com os moradores de rua?

- Na realidade não dá para fazer uma terapia, porque não dá para dar continuidade ao trabalho, então, é feita uma orientação. Então, eu trabalho como educadora orientando tanto em termos de saúde, quanto à saúde e, desenvolvendo um trabalho de laborterapia.

BEATRIZ - Essa laborterapia é um trabalho que você desenvolve...

- Com eles aqui do centro de convivência. Os outros que me procuram, eu faço orientação, indico posto de saúde, dependendo da necessidade de cada um.

BEATRIZ - E são eles que te procuram ou, por exemplo, as coordenadoras que vêem quem está com algum problema e encaminha para você?

- Geralmente são os seguranças porque já sabem que eu trabalho aqui e, eles procuram o segurança no dia em que eu estou e, querem falar comigo.

BEATRIZ - E aí em geral é mais problema de saúde ou é mais coisa, assim, de vida mesmo.

- Muitos procuram por causa da dependência do álcool, da droga mesmo. Já não estão agüentando mais, então, querem uma ajuda.

BEATRIZ - Querem largar?

- Muitos querem largar. Só que, assim, é muito difícil você fazer esse trabalho porque alguns têm albergues, dá até para fazer esse trabalho.

BEATRIZ - Um acompanhamento?

- Isso. Um acompanhamento com mais frequência, porque, assim, não dá para você uma vez por semana trabalhar com dependência química. Então, tem que ser

todos os dias, ainda mais eles que estão num estágio, assim, muito ativo. E, um abuso muito grande de drogas. Então, os que me procuram eu encaminho para a Prosam e lá a gente faz um trabalho. Têm alguns que a gente interna, que tem necessidade de internação para dar continuidade. Mas, àqueles que moram na rua, que não tem onde ficar, esses a gente não tem condições de fazer esse trabalho. Como eu vou dizer a eles: Pára de beber. Se suporte nenhum. Tem que ter um lugar fixo para eles ficarem senão não consegue.

BEATRIZ - O primeiro passo você acha que é largar essa dependência química para ele se reabilitar?

- Porque para a maioria deles eu falo que é resgatar a dignidade. Eu chamo de resgatar a dignidade. Então, assim, um momento de lucidez é só quando está sem álcool, porque o álcool é justamente para esquecer. Ou qualquer outro tipo de droga é só para esquecer as condições em que vivem. Então, a partir do momento que ele tem esse momento de lucidez, que ele se encontra com a realidade dele, tem como você trabalhar. Agora, quando você cria um mundo imaginário já fica mais difícil.

BEATRIZ - E por ser uma casa de convivência eles têm só o serviço de refeição e lavagem de roupas? A laborterapia exatamente como você faz. Agora, eles não conseguem dormir, voltar e, ir para albergues?

- Muitos vão e, muitos não querem albergues. Não gostam de albergues. Já passaram por vários albergues e não conseguem ficar.

BEATRIZ - O que eles alegam?

- Eles alegam que é muita gente, que o atendimento não é a mesma coisa. Tem muita epidemia de bichos que nem muquirana, pulgas. Na rua a gente sabe que também tem. Mas, esse é um dos pontos. As brigas. Muitas pessoas vão dormir sujas, alcoolizadas. Então, eles falam assim: para que eu vou para esse lugar? Então, eu fico na rua.

BEATRIZ - Mesmo sabendo que agora com essa legislação nova eles têm essas casas de convivências onde eles podem tomar banho? Mesmo tendo isso eles acabam não usando?

- Não. Não usa porque é o que a gente chama de **redução de danos**. Durante as quatro horas que eles estão aqui no centro de convivência, eles não estão fazendo uso de nenhum tipo de droga. Então, estão desenvolvendo um trabalho que é vendido e, eles têm um retorno. É pouco, mas, já é alguma coisa para eles. Então, por

isso que alguns ficam vinculados ao centro de convivência. Outros acham que não. Preferem, por exemplo, muitos agora estão na praça bebendo, usando craque, maconha e, outras drogas.

BEATRIZ - Agora, também eles têm um suporte em termos de saúde?

- Tem o posto que está fazendo um trabalho aqui, mas, existe realmente uma dificuldade muito grande. Por exemplo, já tiveram pessoas que me procuraram com fortes dores de cabeça, porque eles caem muito, batem a cabeça, essas coisas todas e, precisam ser acompanhados mais de perto. E, eu sempre tenho encaminhado para a Santa Casa. É o único lugar que me dão respaldo.

BEATRIZ - Na verdade, que aceitam trabalhar com eles?

- Isso. Que aceita. Porque não é todo mundo. Não me atenderam. Falaram que não tinha vaga. É sempre a negação dos serviços.

BEATRIZ - Mesmo porque os que vêm aqui e te pedem esse encaminhamento, quer dizer, eles estão com banho tomado, eles estão cuidados.

- É. Que nem o caso de um que tinha uma micose muito grande nas mãos, porque dorme em qualquer lugar e, acaba pegando mesmo. E, ele não conseguia um médico dermatologista para olhar. Porque a dificuldade chega. Chegou na recepção já começa a dificuldade para que eles tenham um atendimento público.

BEATRIZ - Quer dizer, eles estão mais excluídos que o restante da população pobre?

- Muito mais que isso.

BEATRIZ - Qual é o perfil do usuário aqui da casa de convivência?

- O perfil é mais de alcoólatras.

BEATRIZ - Mas, mais homens?

- Mais homens. Mulheres são poucas.

BEATRIZ - E jovens ou mais de idade?

- Mais de idade. Jovem tem muito pouco.

BEATRIZ - Você acha que a localização, assim, o fato do projeto Integrarte estar localizado num bairro residencial, isso interfere nas pessoas que vem para cá? O tipo de morador de rua que vem para cá?

- Sim, aqui não é tão... O Centro tem um acúmulo maior por ser mais fácil.

BEATRIZ - Eles estão mais concentrados lá?

- Isso. Então, aqui o tanto que vem não é o tanto que tem no Centro, por exemplo.

BEATRIZ - Você acha que a gente poderia dizer que são frequentadores fieis?

- A maioria.

BEATRIZ - Quer dizer, eles retornam por serem bem atendidos?

- Eles retornam. Eles gostam, principalmente elogiam muito a comida. O espaço que eles têm, eles elogiam bastante.

BEATRIZ - Quer dizer, mesmo não sendo um espaço novíssimo?

- Exatamente, porque muitos que vêm aqui já passaram por outros lugares. Então, eles falam: Já fui em tal lugar e não é bom, a comida não é boa. Aqui é bem temperadinho e, assim, tem um espaço que a gente pode lavar roupa, tomar banho. Ainda tem oportunidade de ficar no centro de convivência. Em outros não, só almoça e vai embora. Porque, na realidade, assim, é como se fosse a sua família. A família que eles não têm.

BEATRIZ - Quer dizer, eles criam vínculos até com vocês funcionários?

- Também, porque o dia que você não vem, que acontece alguma coisa, eles ficam super preocupados. Então, assim, eles criam muito isso. É uma coisa de preocupação.

BEATRIZ - E entre eles também?

- É. O grupinho deles é fechado. Tem aquela disputa porque já acha que vai roubar o espaço que ele conquistou. Já é pouco, agora eu vou perder esse pouco?

BEATRIZ - Quanto tempo faz que você trabalha aqui?

- Três anos.

BEATRIZ - E você é contratada pela prefeitura?

- Não. Pela Integrarte.

BEATRIZ - Tem alguma coisa que eles peçam para você, assim, ou reclamam?

- O que eles gostariam muito é de ter uma moradia. Isso é o assunto. Gostaria de sair daqui e ir para um lugar que fosse deles. Ter sua própria cama, ter seu próprio banheiro. E trabalho. Duas coisas que pedem.

BEATRIZ - E reclamam?

- Eu nunca vi. Eles nunca chegaram reclamando. Às vezes reclamam do outro, mas, coisas, assim, de convivência. Mas, nunca assim: Eu fui mal atendido.

BEATRIZ - Eles se sentem à vontade de conversar com você?

- Muito. Têm coisas, assim, qualquer coisa que aconteça no dia a dia deles: Você não veio ontem, mas, aconteceu isso e isso. Já vem falar, correndo contar. Você pode fazer tal coisa para mim? Sempre eles estão me procurando como se eu fosse, assim, eu me coloco no lugar de mãe. É uma referência. Até outro dia eles falaram assim: Você é nossa mãezona. Então, eu acho que a falta de carinho, a carência muito grande também. Porque a solidão eu acho que é uma das piores coisas do ser humano. Se sentir só. Então, eu acho que aqui eles se sentem acolhidos. Tem de certa forma um retorno.

BEATRIZ - E porque será que eles ficam pouco no horário da convivência na parte da tarde?

- Porque, assim, de manhã o vínculo maior é para o almoço mesmo, eles vêm comer e pronto. Vão embora. Quando eu estava vindo de manhã, por exemplo, chegou um dia de manhã que eu tenho atendimento um atrás do outro porque eles estão aí. Mas, à tarde é um horário onde eles se reúnem para fazer uso. Então, vão para as praças, aí vão beber a tarde inteira, vão usar outros tipos de drogas e, esses que estão aí foi com muito esforço, conversa todos os dias. Você precisa estar tomando um direcionamento na sua vida. Mas, não é assim, começou hoje e, amanhã eles já estão. Isso é um trabalho demorado. Nós estávamos com um grupo maior, mas, aí deu essa recaída. Você faz um trabalho que depois você fica se perguntando: E agora? O que eu vou oferecer depois? Então, chega uma hora em que você se sente impotente. Puxa vida, fiz um trabalho legal, trouxe um trabalho legal, mas, você vai para sua casa, você tem o seu espaço, você tem o seu horário para jantar, você vai assistir televisão, você vai ler um livro, você vai fazer alguma coisa. E eles? Vão para as praças, vão para debaixo dos viadutos. Então, eu acho que muitos deles recaíram porque não viram essa perspectiva de mudança. A Marta, a nossa prefeita prometeu algumas moradias, mas, eu acho que ela não sabia da realidade. Uma estatística correta de quantos realmente existiam nas ruas para ela elaborar esse projeto, então, muitos ficaram de fora. E nisso muitos recaíram. Muitos não foram chamados, que é o caso da Patrícia que não foi chamada para o que eles chamam de moradia provisória. Ela não foi chamada.

BEATRIZ - Quer dizer, ela fez a inscrição e não foi chamada?

- Não foi chamada. E muitos outros. Então, acaba desmotivando também. Você pára de beber, pára de usar. Que nem a Patrícia, ela tem reduzido muito o uso dela. Ela usa ainda, mas, ela tem reduzido bastante, ela tem melhorado muito. Ela era, assim, de não conseguir conversar com ela. Extremamente. E, assim, eles fi-

cam se sentindo muito útil quando vêem o trabalho deles pronto e, que alguém chega e elogia e, quer o trabalho. Isso motiva muito eles.

BEATRIZ - Esse trabalho que eles fizeram, quer dizer, nas paredes, isso tudo, eles se animam vendo? É isso que você está falando?

- Isso. Criar para eles e, ter o retorno. Sou útil. Ainda posso, tenho condições e capacidade de desenvolver alguma coisa, alguma atividade.

BEATRIZ - E você acha que, por exemplo, se eles pudessem fazer mais coisas mesmo que fosse aqui, tipo com uma intervenção a outra coisa, eles fariam?

- Fariam.

BEATRIZ - Eles curtem fazer isso?

- Eles gostam muito. Eu até falei assim: O ideal seria se a gente pudesse realmente formar uma cooperativa. Se tivesse condições de formar uma cooperativa onde eles pudessem ter um retorno maior para cada um alugar um quartinho numa pensão, qualquer coisa para sair da rua, eu acho que nós teríamos um grupo bem maior.

BEATRIZ - Muito obrigado.

Anexo D. Planilha de Avaliação Pós-Ocupação

Planilha de Avaliação Pós-Ocupação

LOCAL

DATA			PERÍODO		M	T	N (manhã/tarde/noite)
CONDIÇÕES DO TEMPO			S		N	CH (sol/nublado/chuvoso)	
AMBIENTE			PAVTO.		Nº OCUPANTES		
ORIGINAL	S	N	ADAPTAÇÃO		(S-sim; N-não)		
VENTILAÇÃO	N	A	ILUMINAÇÃO	N	A	(N -natural; A -artificial)	
PISO			PAREDE		FORRO		
PORTAS			ESQUADRIAS		SEGURANÇA		
MOBILIÁRIO			CIRCULAÇÃO		ACESSIBILIDADE		
SINALIZAÇÃO			OUTROS				